

CONHECENDO OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Antonio H. Aguilera Urquiza (Org.)

Carlos Magno Naglis Vieira

Ilda de Souza

Vera Lucia F. Vargas

Campo Grande, MS
2010

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Fernando Haddad

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Jairo Jorge

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
André Lázaro

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
Carlos Eduardo Bielschowsky

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

REITORA
Célia Maria da Silva Oliveira

VICE-REITOR
João Ricardo Filgueiras Tognini

COORDENADORA DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA - UFMS
COORDENADORA DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UFMS
Angela Maria Zanon

COORDENADOR ADJUNTO DA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - UFMS
João Ricardo Viola dos Santos

COORDENADOR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA TEMÁTICA:
“CULTURAS E HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS”
Antonio Hilario Aguilera Urquiza

Obra aprovada pelo Conselho Editorial da UFMS

CONSELHO EDITORIAL UFMS

Dercir Pedro de Oliveira (Presidente)
Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento
Claudete Cameschi de Souza
Edgar Aparecido da Costa.
Edgar César Nolasco
Elcia Esnarriaga de Arruda
Gilberto Maia
José Francisco Ferrari
Maria Rita Marques
Maria Tereza Ferreira Duenhas Monreal
Rosana Cristina Zanelatto Santos
Sonia Regina Jurado
Ynes da Silva Felix

CÂMARA EDITORIAL

SÉRIE



Angela Maria Zanon
Dario de Oliveira Lima Filho
Damaris Pereira Santana Lima
Jacira Helena do Valle Pereira
Magda Cristina Junqueira Godinho Mongelli

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

C749 Conhecendo os povos indígenas no Brasil contemporâneo, módulo 2 / Antônio
 H. Aguilera Urquiza (org.)...[et al.]. – Campo Grande, MS : Ed. UFMS,
 2010.
 93 p. : il. ; 30 cm.

ISBN 978-85-7613-000-0

1. Ensino a distância. 2. Professores – Formação. 3. Educação
multicultural. 4. Nativos – Brasil – História. I. Urquiza, Antônio H. Aguilera.

CDD (22) 371.3944

Apresentação _____	5
CAPÍTULO I	
A Sociodiversidade Indígena no Brasil _____	9
Povos indígenas no Brasil: o que saber dos índios no Brasil de hoje? _____	9
Os povos indígenas e a história do Brasil _____	10
Os povos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul _____	12
CAPÍTULO II	
Territorialidade e Povos Indígenas _____	31
Primeiras aproximações _____	32
Conceitos de território e territorialidade _____	33
Povos indígenas e demografia _____	35
Povos indígenas e território em Mato Grosso do Sul _____	37
CAPÍTULO III	
Povos Indígenas e a Diversidade Linguística _____	43
A pré-história das línguas indígenas brasileiras _____	44
A chegada dos portugueses: problemas para as línguas dos nativos _____	45
Línguas indígenas brasileiras no século XXI _____	47
As línguas indígenas faladas ainda hoje no Brasil _____	48
O papel da linguística e dos linguistas _____	48
Povos indígenas de Mato Grosso do Sul e suas línguas _____	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	66
ANEXOS _____	71

APRESENTAÇÃO

O curso de **Formação de Professores na temática CULTURAS E HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS** insere-se no processo de consolidação da **Rede de Educação para a Diversidade (REDE)**, uma iniciativa de várias instituições do Governo Federal: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). O objetivo da Rede de Educação para a Diversidade (REDE) é estabelecer um grupo permanente de formação inicial e continuada a distância para a disseminação e desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas das áreas da diversidade, quais sejam: educação de jovens e adultos, educação do campo, educação indígena, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os Direitos Humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

Culturas e História dos Povos Indígenas é um curso de formação continuada de professores de educação básica, com carga horária de 240h distribuído em módulos, o qual se insere na **Rede de Educação para a Diversidade (REDE)**. Ofertado na modalidade semipresencial, por meio do sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), o curso visa formar professores e profissionais da educação capazes de compreender os temas da diversidade e, dentre eles, a temática das “culturas e história dos povos indígenas no Brasil”, e introduzi-los entre os conteúdos pedagógicos e no cotidiano da escola.

O propósito mais amplo deste curso é a formação continuada de professores, como forma de procurar responder de maneira objetiva a uma educação inserida em uma sociedade cada vez mais dinâmica. Desta forma, o objetivo mais amplo é promover o debate sobre a educação como um direito fundamental, que precisa ser garantido a todos e todas sem qualquer distinção, promovendo a cidadania, a igualdade de direitos e o respeito à diversidade sociocultural, étnico-racial, etária e geracional, de gênero e orientação afetivo-sexual e às pessoas com necessidades especiais. Os professores e profissionais da educação têm como principal desafio garantir a efetividade do direito à educação a todos e cada um dos brasileiros, estabelecendo políticas e mecanismos de participação e controle social que assegurem aos grupos historicamente desfavorecidos condições para sua

emancipação e afirmação cidadã. Neste sentido, a temática deste curso insere-se neste contexto, que é o de trazer à luz dos conteúdos curriculares a temática das “culturas e história dos povos indígenas do Brasil”, temática silenciada durante tanto tempo e responsável pelo desconhecimento deste importante seguimento do povo brasileiro na atualidade.

Este curso de formação continuada propõe módulos temáticos que abrangem um largo espectro dos temas das “culturas e história dos povos indígenas”, visando formar professores e outros profissionais da educação da rede de ensino de educação básica para a promoção e compreensão da educação como direito fundamental e estratégia para a promoção do desenvolvimento humano das diversas populações, para a inclusão de saberes diversos e enfrentamento de todo o tipo de discriminação e preconceito, particularmente contra os povos indígenas. O curso visa também proporcionar o estabelecimento de uma rede de colaboração virtual para a discussão e compartilhamento de informações e aprendizagens sobre práticas pedagógicas inclusivas na escola.

Nos últimos anos, principalmente após a Constituição Federal de 1988 e a LDB (lei nº 9394/96), percebemos a emergência de uma nova legislação que insere nos currículos da Educação Básica a proposta de temas referentes à história e cultura afro-brasileira e, ultimamente, à história e cultura dos povos indígenas (Lei nº 11.645/2008). Trata-se de elementos constitutivos de nosso substrato cultural, mas, que por motivos históricos, foi ideologicamente relegado ao quase esquecimento e, quando trazido à tona, foi feito com um viés etnocêntrico e repleto de preconceitos.

Educar hoje, para a diversidade e a cidadania, é tratar desta histórica dívida para com os grupos historicamente desfavorecidos e, dentre eles, os povos indígenas e negros de forma objetiva, proporcionando o debate construtivo através do acesso às informações relegadas às novas gerações. Quanto à nossa realidade regional específica, podemos dizer que Mato Grosso do Sul caracteriza-se por ser uma região de fronteiras, de acolhida e, ao mesmo tempo de trânsito. É, na atualidade, o segundo Estado brasileiro em população indígena, contando oficialmente, com 08 etnias, destacando-se dentre elas, os Guarani e Kaiowá com quase 40 mil pessoas, os Terena com 20 mil e os Kadiwéu com 1.500 pessoas. Todos estes povos possuem suas particularidades históricas e convivem com as problemáticas atuais de conflitos agrários, subsistência, preconceitos de todos os tipos, violências, etc.

Mato Grosso do Sul é, também, uma porta que está aberta aos circuitos ilegais que integram lugares e economias e desintegram estruturas sociais. O Estado é, na verdade, um laboratório onde acontecem processos fronteiriços e dinâmicos de integração de toda natureza, sejam eles aparentes, dissimulados, legais, funcionais, ilícitos, construtivos, históricos, estruturais ou conjunturais, espaço privilegiado para a discussão dos temas da diversidade e, dentre eles, especialmente o que diz respeito à trajetória histórica e cultural dos povos indígenas.

A partir deste conjunto de elementos que conformam nosso contexto regional serão conjugados, de forma dialógica, os conteúdos teórico-práticos propostos pelo curso em seus seis módulos (Módulo 01- Conceitos de EAD e ferramenta

Moodle; 02- Conhecendo os povos indígenas no Brasil contemporâneo; 03- Reconhecendo preconceitos sobre os povos indígenas; 04- Marcos conceituais referentes à diversidade sociocultural; 5- Projeto pedagógico sobre a temática; 6- Seminário de encerramento e avaliação.

Quanto ao presente texto, referente ao **2º Módulo — Conhecendo os povos indígenas no Brasil contemporâneo**, é composto por três sub-temas, desenvolvidos na sequência:

I. A sociodiversidade indígena no Brasil

- Povos Indígenas no Brasil: o que saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje?
- Os povos indígenas e a história do Brasil
- Os povos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul

II. Territorialidade e Povos Indígenas

- Primeiras aproximações
- Conceitos de território e territorialidade
- Povos indígenas e demografia
- Povos indígenas e território em Mato Grosso do Sul

III. Povos Indígenas e a Diversidade Linguística

- A pré-história das línguas indígenas brasileiras
- A chegada dos portugueses: problemas para as línguas dos nativos
- Línguas indígenas brasileiras no século XXI
- As línguas indígenas faladas ainda hoje no Brasil
- O papel da linguística e dos linguístas
- Povos indígenas de Mato Grosso do Sul e suas línguas

Diante de uma sociedade cada vez mais caracterizada pela diversidade e seus imensos desafios lançados cotidianamente aos educadores, desejamos a todos/as que estes conteúdos sejam úteis para embasar reflexões e práticas criativas sobre os aspectos da diversidade e a necessidade da introdução do tema das **Culturas e História dos povos indígenas** nas práticas pedagógicas, sempre em vista da construção de uma sociedade cada vez mais plural e participativa.

Prof. Dr. Antonio H. Aguilera Urquiza (Org.)



CAPÍTULO I

A Sociodiversidade Indígena no Brasil

Carlos Magno Naglis Vieira¹

Este primeiro módulo pretende, concretamente, apresentar elementos essenciais sobre o tema da **Sociodiversidade indígena no Brasil**, para, dessa forma, subsidiar o acesso às informações sobre as características culturais destes povos e, assim, facilitar as discussões posteriores sobre os temas específicos da história e cultura dos povos indígenas.

1. POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: o que saber dos índios no Brasil de hoje?²

Escrever e estudar sobre as populações indígenas do Brasil, em pleno século XXI, significa compreender uma diversidade de povos, com características e costumes diferentes dos padrões culturais da sociedade não-índia, principalmente no que se refere à história, sistemas sociais e econômicos, línguas, culturas e crenças. De acordo com a historiografia indígena, estima-se demograficamente que a população indígena que habitava o território nacional por volta de 1.500, ou seja, antes da chegada da frota de Pedro Álvares Cabral, era de aproximadamente 5 milhões de indígenas.

Os estudos históricos do etnólogo Curt Nimuendaju registraram que antes da colonização europeia existiam cerca de 1.400 grupos indígenas em território brasileiro. Segundo o antropólogo João Pacheco de Oliveira, “eram povos de grandes famílias linguísticas – tupi-guarani, jê, karib, aruak, xirianá, tucano, etc” (Oliveira, 2006, p. 21). Mas a incapacidade dos europeus em subjugar os diversos grupos indígenas era grande que acabavam identificando-os índios “Tapuios”. Tal identidade silenciava e ocultava os indígenas quanto a sua organização e cultura (cf. Oliveira, 2006; Cunha, 1992).

¹Historiador e Mestre em Educação (UCDB). Pesquisador da temática indígena e do Grupo de Pesquisa (CNPq) “Antropologia, Diversidade Cultural e Educação Indígena”.

²Título inspirado na livro de LUCIANO, Gersem dos Santos. O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1).

Entretanto, pode-se resumir apontando que o processo de colonização do Novo Mundo está relacionado com o desaparecimento desses grupos, quer absorvidas na sociedade dos colonizadores, quer dizimados pela violência a que os índios em geral foram submetidos durante os últimos cinco séculos.

OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

POPULAÇÃO INDÍGENA	495.267
ETNIAS INDÍGENAS	283
TERRAS INDÍGENAS	628
ALDEIAS INDÍGENAS	4.067
LÍNGUAS INDÍGENAS	180

Fonte: FUNASA/2010

Atualmente, o Brasil reconhece a diversidade sociocultural dos povos indígenas. Ela se expressa pela presença de mais de 283 povos indígenas distintos, habitando centenas de aldeias localizadas em praticamente todos os estados da Federação. Vivem em 628 terras indígenas descontínuas, totalizando 12,54% do territorial nacional. Apesar da ampla distribuição, mais de 60% da população indígena está concentrada na região da Amazônia Legal.

Em anexo, podemos ver uma tabela com todos os grupos indígenas que habitam o território nacional, baseados em dados atuais, conforme o site do Instituto Socioambiental (www.socioambiental.org).

Do litoral ao sertão, da caatinga ao pantanal, da floresta ao cerrado, são muitos os ambientes nos quais os povos indígenas estão localizados, resultando em diferentes formas de interação e adaptação a natureza e em diferentes modos de vida. Há povos que tem na agricultura sua principal fonte de alimentos, enquanto outros diversificam suas estratégias de sobrevivência com atividades de pesca, caça e coleta de produtos silvestres. E há também aqueles que estão inseridos na economia de mercado, seja comercializando excedentes seja vendendo sua força de trabalho, como é o caso de grande parte da população Terena em Mato Grosso do Sul.

2. Os povos indígenas e a história do Brasil

A história do povoamento indígena no Brasil é, antes de tudo, uma história de despovoamento, tendo em vista as epidemias, as guerras intertribais e contra os não-índios, os massacres, entre outros. Se for possível considerar que o total

de nativos que habitavam o atual território brasileiro em 1.500 estava na casa de cinco milhões de pessoas, conforme afirmado anteriormente, na atualidade não ultrapassa os 0,5 % da população brasileira³.

Despovoamento, portanto, eis o primeiro grande traço da história indígena no Brasil, como, de fato, ocorreu em toda a América em proporções gigantescas. Destaca-se que esta longa história foi, na verdade, uma história de “mal entendidos”, em que houve pouco esforço na tentativa de conhecer e respeitar o “outro”, portador da diferença, da alteridade. A tentativa dos europeus, desde o início, sempre foi o de dominar, de colocar as populações nativas a serviço do grande projeto de colonização e cristianização destas terras.

O conhecimento que temos sobre os nativos da terra foi possível graças aos registros produzidos por missionários e viajantes de várias nacionalidades que aqui aportaram, desde o século XVI, particularmente os portugueses. Uma grande fonte de registros são os relatórios dos colonizadores e outros estrangeiros que por aqui passaram, assim como a correspondência dos jesuítas e as gramáticas da “língua geral” (elaboradas pelos jesuítas, a partir da língua falada pelos tupis e usando a gramática da língua portuguesa. Anchieta e tantos outros se expressaram por meio dela, chegando a ser a língua mais usada na costa do Brasil até meados do século XVIII).

No Período Colonial houve muita discussão, sobretudo na Europa, sobre a origem dos povos nativos das Américas, conhecidos erroneamente como *índios*: uns acreditavam que eram descendentes das tribos perdidas de Israel, outros duvidavam até que fossem humanos. Em 1537, o papa Paulo III proclamou a humanidade dos índios na Bula *Veritas Ipsa*.

Em seu livro “Aprender Antropologia”, Laplantine (2006) fala da disputa nesse período dos “descobrimientos”, a qual gerou uma dupla resposta ideológica; de um lado o dominicano Bartolomé de las Casas que defendia, de forma um tanto romântica, a visão do bom selvagem e do mal civilizado; de outro lado, o jurista Sepúlvera Pertence, que defendia uma posição diametralmente oposta, a do mau selvagem e do bom civilizado. Ambas as respostas, segundo o mesmo autor (Laplantine, 2006), continuam sendo dadas até o tempo presente, o que dificulta uma visão mais objetiva e real da questão indígena nos tempos atuais.

Quanto às dúvidas sobre as origens dos povos ameríndios, hoje já se conhece um pouco mais sobre as origens do povoamento da América: supõe-se que os povos ameríndios foram provenientes da Ásia, entre 14 mil e 12 mil anos atrás (ou mais tardiamente, segundo pesquisas arqueológicas e datações mais recentes). Teriam chegado por via terrestre, por intermédio do estreito de Bering, no extremo nordeste da Ásia.

³De uma estimativa de mais de 5.000.000 índios para o século XVI, chegou-se em 1998 a um total de 302.888 índios, considerando as pessoas que vivem nas Terras Indígenas. Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, v.58, p.1-143-1-152, 1999.

Este dado (pré) histórico e genético confirma outro elemento, o de que estes povos se originam de outra matriz cultural que não a nossa, tradicionalmente descrita como originária de uma tradição greco-romana, por um lado, e judaico-cristã, por outro. Supõe-se, assim, que são tradições culturais, visões de mundo, linguagem e traços físicos, dentre outros, completamente diferentes da matriz cultural ocidental.

Com raras exceções, os povos indígenas no Brasil foram vistos, ao longo destes séculos, ora como posse (tentativas de escravidão e trabalhos forçados), ora como povos selvagens que deveriam sofrer os efeitos da evangelização e civilização, ora como empecilhos ao desenvolvimento do país (massacres praticados pelos bandeirantes e pelas frentes de expansão das fronteiras agropastoris). Só mais recentemente, em 1910, com a criação do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) o estado brasileiro estabelece, pela primeira vez, uma política para atender a questão indígena.

Engana-se quem pensa, entretanto, que no transcorrer desta história dos povos indígenas, no Brasil, eles somente sofreram derrotas, foram submetidos, escravizados e tratados como incapazes e débeis. Nas entrelinhas da própria história oficial, ainda que contada pelos vencedores, podemos perceber que houve neste período muitos atos heróicos e de resistência – basta ver, estudar e aprofundar o tema conhecido como “a confederação dos Tamoios”; algumas vezes os povos indígenas fizeram alianças contra os invasores e outras contra os próprios portugueses; apenas para dar alguns exemplos – assim como processos de negociação e hibridização cultural. Cristina Pompa, em seu livro “A Religião como tradução”, desenvolve esta forma alternativa de encarar a história destes povos nativos em sua relação com os demais segmentos sociais do Brasil Colonial (em especial missionários e colonizadores), não como blocos monolíticos opostos e irreduzíveis (Pompa, 2003, p. 21), e sim como uma realidade dinâmica de mudanças, adaptações e constantes negociações. A autora busca mostrar como diferentes grupos indígenas “tomaram e transformaram ‘para si’ o que se apresentava como ‘outro’” (Pompa, 2003, p. 25), ou seja, a capacidade dinâmica destes povos indígenas de serem sujeitos ativos no processo de constituição da sociedade colonial, redefinindo identidades, hibridizando e “traduzindo” práticas culturais para formarem, dessa maneira, novas realidades.

É óbvio que nesse processo histórico de “encontro” entre os povos indígenas e, inicialmente, os colonizadores europeus, não houve nenhum equilíbrio cultural e, sim, “reais relações de força e as situações objetivas de opressão e até de genocídio” (Pompa, 2003, p. 29); mesmo assim, esse “outro” indígena não pode ser considerado apenas como objeto mudo e passivo, mas se apresenta como interlocutor e agente ativo.

3. Os Povos Indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul

O Mato Grosso do Sul é o estado brasileiro com uma grande diversidade demográfica, de múltiplos *ethos* culturais. No contexto desta singularidade cultural apresenta-se uma significativa população indígena, estimada em aproximadamente

71 mil pessoas⁴. Com a segunda maior população do país, destacam-se em seu cenário multicultural: os Kaiowá e Guarani, os Terena, os Kadiwéu, os Guató, os Ofaié, os Kinikinawa, os Camba e os Atikum.

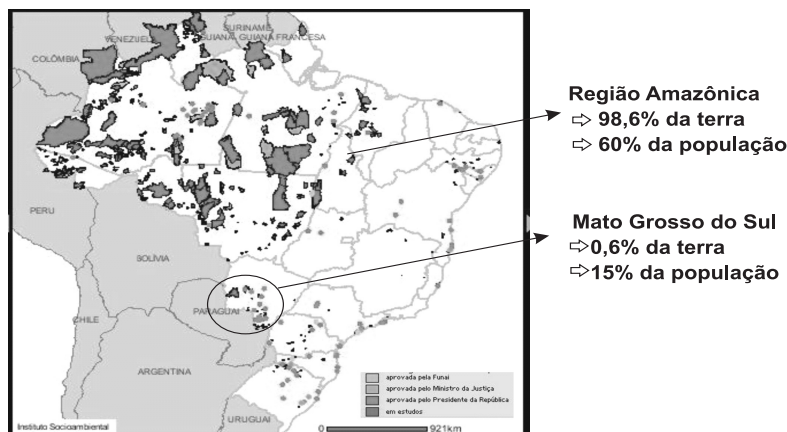
Dentre os grupos indígenas que compõem o Estado, os Kaiowá e Guarani e os Terena apresentam-se como o maior contingente populacional, cerca de 68 mil pessoas, e constituem em termos quantitativos duas das mais importantes populações do país. De acordo com os estudos de Brand e Nascimento (2006), as populações indígenas do Mato Grosso do Sul são marcadas

Por um processo histórico de contato interétnico agressivo e violento, no bojo do qual foram constantemente desafiados a moldar e remoldar sua organização social, construir e reconstruir sua forma de vida e desenvolveram complexas estratégias, alternando momentos de confrontos direto, permeado por enorme gama de violência, com negociações, trocas e alianças (2006, p.02).

Os estudos e os dados estatísticos do último Censo sobre os povos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, apontam para um expressivo crescimento populacional, principalmente na faixa etária entre 0 a 14 anos. Mas, é importante evidenciar que concomitantemente com o aumento gradativo da população indígena do Estado, permanece o processo de violação das terras indígenas que acaba resultando no confinamento⁵. Assim, em virtude desse contexto histórico, ao longo do processo de ocupação do Estado, muitos grupos indígenas foram incorporados como mão-de-obra nas fazendas de gado, nas usinas de cana-de-açúcar e em atividades urbanas, principalmente na construção civil.

A constante desse relacionamento entre os povos indígenas do Estado, particularmente os Guarani (Kaiowá e Nandeva), foi a sistemática perda dos seus territórios, chegando à atualidade com uma porção muito reduzida de território, o que impossibilita a reprodução física e cultural destes povos.

Terras indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul



Fonte: Instituto Socioambiental (ISA, 2010)

⁴Cf. dados da FUNASA-2010 (www.funasa.gov.br)

⁵ Termo criado pelo historiador Antônio Brand para designar a transferência sistemática e forçada da população das diversas aldeias Kaiowá/Guarani para dentro de oito reservas demarcadas pelo Governo entre 1915 e 1928 (Brand, 1993, p.05).

Através do mapa acima é possível perceber a exigüidade dos territórios dos povos indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul. A proporção de terra por indígena é escandalosa, impossibilitando qualquer tentativa de reconstituição das formas tradicionais de organização social e política destes povos.

Segue abaixo informações básicas sobre cada um dos principais povos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul.

O povo Kaiowá e Guarani

As primeiras informações da existência dos Kaiowá e Guarani foram produzidas pelos jesuítas e viajantes durante o período colonial. Nesses relatos, o povo Guarani habitava uma extensa região de florestas tropicais que localizava-se nas intermediações das colônias ibéricas da América do Sul (Cunha, 1992) e com isso compunha um dos maiores grupos étnicos que residia na região.

Os relatos, ainda, ressaltam que o povo Kaiowá e Guarani é considerado descendente dos índios Itatines ou Guarani-Itatines, grupo indígena que localizava-se na região do Itatim. Sobre esse período colonial da História Indígena o que mais o caracteriza é a ausência de fontes bibliográficas e documentais que tratam diretamente sobre as populações indígenas e mais precisamente da história.

Os Guarani encontram-se espalhados em pequenos grupos pelo território nacional e demais países da América do Sul. No Brasil, os índios Guarani estão distribuído em três sub-grupos: Nãndeva, Mbya e Kaiowá com aproximadamente 50 mil pessoas⁶. Grande parte dessa parcela se localiza no Estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com os estudos de Brand (1997) e Vietta (1998), em Mato Grosso do Sul os Nhandeva (ou Ñandeva) são os únicos que se autodenominam Guarani.

No Estado, os Kaiowá e Guarani encontram-se distribuídos em oito reservas, totalizando 22 Terras Indígenas (TI). Dentre esse grupo merecem destaque, na região do Mato Grosso do Sul as Terras Indígenas de Dourados, Amambaí e Caarapó que juntas atingem a maior densidade demográfica por hectares. O território tradicional Guarani, conhecido como *ñande retã* (nosso território), correspondia a um amplo território que estendia-se, “ao norte até os rios Apa e Dourados e, ao Sul, até a Serra de Maracaju e os afluentes do rio Jejuí, chegando a uma extensão este-oeste de aproximadamente 100 km, em ambos os lados a Serra de Amambaí”, abrangendo uma extensão de fronteira com o Paraguai, especialmente áreas tendo como característica “matas e córregos (Brand, 1997, p.22).

A aldeia, para o povo Guarani, é o espaço para a continuidade do seu modo de ser. Cada aldeia “era composta por um complexo de casas, roças e matas, mantém historicamente características muito semelhantes especialmente no que se refere à distribuição e à quantidade de famílias, organização sócio-econômica-política-religiosa. Uma aldeia podia estar composta por uma ou várias famílias extensas” (Brand, 1997 p. 24). Nos dias atuais, “a aldeia [...] não oferece mais as condições necessárias para a reprodução das relações sociais que ainda estão presentes no imaginário Kaiowá/Guarani. Neste novo quadro, os caciques passam

a ocupar uma posição secundária, não lhes cabendo mais o envolvimento em questões políticas ou de caráter mais estrutural” (Vietta, 1998, p.56).

Essas desorganizações internas (fragmentação e comprometimento das formas tradicionais de organização social e política) presentes em grande parte das aldeias Kaiowá e Guarani devem-se, à ocupação do espaço territorial indígena pelos colonizadores. Durante essa ocupação, os indígenas foram expulsos, assassinados, ou mesmo mortos por epidemias. A violência de todo esse processo pode ser referida quando se analisa os períodos mais recentes da história do povo Kaiowá e Guarani (1940 — 1970). Nele se nota que uma grande parcela das aldeias Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul foram invadidas por fazendeiros, expulsando delas os seus verdadeiros ocupantes (Brand, 1997).

As primeiras frentes não-indígenas mais recentes que adentraram no território Kaiowá e Guarani ocorreram durante a Guerra do Paraguai, sobretudo a partir de 1880. Enfim, com a formação da comissão de demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Paraguai, inicia a história e instalação da Companhia Matte Laranjeira em território Guarani. Os estudos demonstram que a Cia Matte Laranjeira provocou a aceleração dos aldeamentos dos Kaiowá e Guarani para impor limites entre os espaços ocupados pela empresa e os indígenas e, também, foi responsável por uma nova ordem geoeconômica do Estado. Em síntese, a Companhia Matte Laranjeira:

Embora não questionasse a posse da terra ocupada pelos índios, nem fixasse colonos e desalojasse comunidades, definitivamente, das suas terras foi, contudo, responsável pelo deslocamento de inúmeras famílias e núcleos populacionais, tendo em vista a colheita da erva mate. Interferiu menos, ao que parece, na vida dos Kaiowá e Guarani, do que iniciativas posteriores. Tampouco constituíram problemas mais sérios as primeiras fazendas de gado que, no final do século XIX e início do século XX, que se instalaram nas regiões de campo entre Amambaí, Ponta Porã e Bela Vista [...] (Brand e Nascimento, 2006, p. 05).

Durante esse período da Cia Matte Laranjeira inicia o processo compulsório do confinamento. A ocupação definitiva de todo território indígena Kaiowá e Guarani ocorreu no momento da implantação da política de colonização do Estado Novo, por Getúlio Vargas. A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)⁷, pelo decreto-lei nº 5.942 de 28 de outubro de 1943, está inserida dentro de uma política de desenvolvimento cujo objetivo é ocupar os espaços vazios e povoar as regiões fronteiriças do país, promovendo a integração de determinados estados brasileiros. A implantação da Colônia Agrícola trouxe para

⁷A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados abarcava uma área a ser retirada das terras da União, no então território Federal de Ponta Porã (Brand, 1997, p.75). Para compreender melhor sobre a Colônia Agrícola Nacional de Dourados conferir as leituras de NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **“Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto”: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados**. 2008. Dissertação (Mestrado em História). UFMS, Dourados; OLIVEIRA, Benícia Couto de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. 1999. 255 f. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, Assis.

os Kaiowá e Guarani sérios problemas, pois sua criação atingiu uma significativa área do território indígena, em especial as aldeias de Pananbi e Pananbzinho, todas localizadas nas proximidades de Dourados (Brand, 1997).

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados marcou o início de uma difícil luta dos índios pela recuperação de suas terras. As populações indígenas que habitavam as aldeias incorporadas pela colonização acabaram sendo expulsas e com isso tiveram que ser transferidas para outras Reservas. Em síntese, a Colônia provocou a transferência de inúmeras famílias extensas para dentro das Reservas demarcadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), entre os anos de 1915-1928.

Durante o período de 1915 a 1928, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), demarcou pequenas extensões de terra para a população indígena. No entanto, os estudos de Brand e Nascimento revelam que a demarcação tinha o “objetivo de confinar os inúmeros núcleos populacionais dispersos em amplo território no atual Estado do Mato Grosso do Sul” (2006 p. 05). A chegada dos novos colonizadores, no final da década de 1960 impulsionou um grande crescimento populacional na região e a instalação de empreendimentos agropecuários no Estado, notadamente nos espaços que abrigavam a população Guarani e Kaiowá, o que caracterizou de confinamento (Brand, 1997).

Este período de colonização do Estado Novo contribuiu para o desmatamento excessivo da região sul do Estado, pois grande parte da mata nativa foi substituída pela pastagem para a criação de gado. Nesse tempo denominado de “esparramo⁸” que os índios Kaiowá e Guarani sofreram com inúmeras consequências, sendo: a perda da terra, a destruição das aldeias e a desarticulação das famílias extensas. Com a perda do território tradicional, os *tekoha*⁹, a população indígena Kaiowá e Guarani teve que procurar aldeias mais próximas para se alojarem e com isso acabaram engajando-se como mão-de-obra barata para os fazendeiros, na derrubada do mato.

Para o povo Kaiowá e Guarani a perda do território não significou apenas o deslocamento geográfico e a perda da terra, pois a vida dentro da Reserva impôs grandes transformações principalmente na sua relação com o território tradicional. Devido a todos esses fatores provocados pela alteração no território, os indígenas foram obrigados a disputar os lotes cada vez mais reduzidos dentro das próprias Reservas.

Em síntese, muitos dos problemas presentes nas aldeias Kaiowá e Guarani tem refletido na organização social, isto é, no seu “modo de ser”. Por conta desse processo histórico desfavorável, surgem sérias dificuldades, que preocupam, como por exemplo, o alcoolismo, o alto índice de desnutrição, a prostituição, a tuberculose, o suicídio, a violência interna, a sobreposição de lideranças nas

⁸O termo esparramo, segundo Brand, foi amplamente empregado pelos informantes indígenas para caracterizar o processo de destruição das aldeias e o desmantelamento das famílias extensas em função do desmatamento. É o processo de dispersão que precede o confinamento no interior das reservas (Brand, 1997, p.82).

⁹De acordo com os estudos de Brand (1997) *tekoha* é o espaço legítimo que os índios Guarani realizam seus rituais, cantos e danças. Para os indígenas fora dos limites do *tekoha*, não existe um significado.

aldeias, a reordenação da organização familiar, a substituição das práticas religiosas tradicionais pelas crenças religiosas neo-pentecostais.

Outro problema enfrentado pelos índios em consequência da perda da terra é a grande procura de trabalho assalariado nas usinas de álcool e açúcar da região por jovens, adultos casados ou solteiros, isso tem provocado ausências por longo período da aldeia o que está comprometendo o seu papel na organização social do grupo (Vieta, 1998).

O povo Terena

Os Terena são remanescentes do grupo Txané-Guaná, visto que, os Guaná são uma sociedade composta por grupos que além dos Terena (Etelenoé), destacam-se os Laiana, Echoaladi e os Kiniquinau. Fazem parte da família linguística Aruak, e por isso, os Terena apresentam várias características socioculturais resultantes dessa tradição.

A principal característica reside no papel relevante desempenhado pela agricultura na sua economia. Antigamente, a agricultura dos Txané era admirada pela sua sofisticação, com a utilização até mesmo de uma espécie de arado (warere-apêti) [...]. As outras características são as terminologias de parentesco [...], a estrutura social fortemente patrilinear (Azanha, 2004, p. 02).

As primeiras informações registradas por cronistas sobre o grupo Terena aparecem a partir do século XVI, quando esse mesmo grupo habitava a região do Chaco Paraguai¹⁰. Em muitos documentos, os indígenas aparecem ora como índios Guaná, ora como índios Txané. Isso nada mais é do que uma designação especial, dada pelos conquistadores espanhóis aos grupos Guaná-Txané, inclusive os que migraram para o lado oriental da Bacia do Paraguai, na região do atual Mato Grosso do Sul.

Os Guaná-Txané localizavam-se em aldeias onde a disponibilidade de terras era ainda grande. As aldeias possuíam, aproximadamente, 30 a 40 casas, no qual cada casa abrigava um total de 20 a 30 pessoas. A escolha do território para o estabelecimento das aldeias levava em conta a disponibilidade das matas para a formação das roças e a criação de animais.

A história do povo Terena tem sido descrita a partir de quatro grandes momentos: por ele denominados de: “*Tempos Antigos*, *Tempos de Servidão*, *Tempos Atuais*” e “*Tempo de Despertar*”, sendo o último período criado pelo indígena Claudionor Miranda em sua dissertação de mestrado em Desenvolvimento Local (Miranda, 2006).

¹⁰ A historiadora Vera Lúcia Ferreira Vargas, em sua dissertação de Mestrado em História, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, explica que a região do Chaco é formada por aproximadamente, 700 mil quilômetros, compreendendo partes dos territórios da Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil e estabelece limites com os pampas ao sul do rio Salado, com a região andina a oeste, com o planalto de Chiquito e Velasco a noroeste e com os rios Paraguai e Paraná. No Brasil, onde atualmente encontra-se o estado de Mato Grosso do Sul, região alagadiça, estende-se até pouco abaixo da cidade de Miranda, formando o pantanal sul-mato-grossense (Vargas, 2003, p. 40).

O primeiro momento, intitulado de *Tempos Antigos*, é marcado a partir da saída do povo Terena do Chaco, devido à pressão sofrida por parte dos colonizadores europeus, que habitavam a região em busca das minas de prata. Com a ocupação do pantanal sul-mato-grossense pelos indígenas Terena, foi possível estabelecer alianças importantes com os Guaicuru e conquistadores portugueses. As alianças constituídas pelo grupo visavam a sobrevivência e algumas vantagens. Mas, devido os contatos formados com os demais grupos provocaram transformações culturais e econômicas nessa população indígena (Miranda, 2006 e Vieira, 2004).

A eclosão da Guerra com o Paraguai (1864-1870) afetou integralmente a população Terena, pois um dos locais de conflito atingiu diretamente o território Terena. Na região de conflito havia um grande número de aldeias que formavam a maior população indígena residente naquele local.

O segundo momento, conhecido como *Tempos de Servidão*, assinala o final da Guerra com o Paraguai, período que registra a reorganização do espaço territorial indígena e a dispersão dos índios Terena por fazendas da região. O final da guerra do Paraguai “representou para as sociedades indígenas Terena o começo de uma batalha pela sua sobrevivência, pois, além de muitos indígenas terem sido dizimados, muitos outros ficaram doentes” (Vargas, 2003, p.53).

Além dos fatores já mencionados, com o final da Guerra do Paraguai, muitas pessoas aventureiras e ambiciosas migraram para a região. A onda migratória que se instalou nas proximidades das aldeias Terena acabou acarretando uma fragilização dos laços de parentescos, o que provocou profundas alterações sócio-econômicas, em especial, no que se refere a posse de terras e loteamento de áreas coletivas.

Com a implantação da comissão liderada pelo Marechal Cândido Rondon, em 1904, nas terras do atual Mato Grosso do Sul e anos depois com a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), registra o terceiro momento, denominado de *Situação de Reservas*. É durante esse período, de 1904 e 1905, que ocorre a demarcação das primeiras Reservas Indígenas: Cachoeirinha, Bananal, Ipegue e Lalima, no município de Miranda (Vieira, 2004). De acordo com os estudos posteriores de Claudionor Miranda, a demarcação “na época, poderia ter sido a melhor solução” para o seu povo, mas o autor acredita que “este fator foi uma das principais causas que contribuiu para a geração de conflitos internos nas comunidades Terena” (Miranda, 2006, p.34).

Segundo Vieira,

A demarcação permitiu que o governo liberasse o restante das terras para frentes expansionistas de criação de gado e, posteriormente, a plantação de soja. Como fator importante no processo de ocupação, o governo implementou a política integracionista dos indígenas considerados arredios ou não “civilizados”, com o objetivo de transformá-los em pequenos produtores rurais. Em consequência dessa política, a população indígena foi confinada em pequenas glebas de terra, possibilitando o trabalho de catequese dos missionários com os indígenas (2004, p. 28).

Com relação ao conceito *Tempo de Despertar*, o quarto e último momento criado por Miranda, “ressalta as profundas mudanças que ocorreram no seu meio externo imediato (sociais, políticos e ambientais) e a ruptura entre a sociedade tradicional Terena [...]” (2006, p. 35). Para o autor, esse momento é “marcado pela inserção dos patrícios Terena nos espaços que antes não eram ocupados por eles”. (2006, p. 36). Com essa afirmação o autor remete aos cargos ocupados por índios Terena, como é o caso do representante da Fundação Nacional do Índio/FUNAI de Campo Grande, de Vereadores no município de Nioaque e Dois Irmãos do Buriti, o considerável número de professores-índios e técnicos agrícolas nas aldeias.

Atualmente a população indígena Terena, está estimada em aproximadamente 23 mil pessoas¹¹, distribuídas em dez Terras indígenas, sendo uma extensão de 19 mil hectares de terras. Suas aldeias são cercadas por fazendas e espalhadas por seis municípios do Estado: Miranda, Aquidauana, Anastácio, Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti, Nioaque e Rochedo.

Segundo Azanha (2004), esse grupo, também reside na reserva Guarani, no município de Dourados/MS, na reserva Kadiwéu, município de Porto Murtinho/MS e no Estado de São Paulo, na reserva de Araribá. Dados da Fundação Nacional do Índio — FUNAI (2007) demonstram que muitos dessa população vivem em centros urbanos, a maioria em Campo Grande/MS. Essa proximidade, muitas vezes, leva esses índios a serem considerados “índios civilizados”, ou “aculturados” ou “índios urbanos”. Na verdade, muitas das pessoas com certeza desconhecem o cotidiano dessas aldeias, principalmente Terena, ou talvez, até não saibam da existência. Pois, segundo Azanha, “os Terena não querem ser como a gente, apesar das aparências. Eles querem isso sim, ter o que temos, do ponto de vista material. Eles, por incrível que possa parecer, querem continuar Terena [...], ser Terena e simplesmente querer ser Terena” (2004, p. 01).

O povo Kadiwéu

Os Kadiwéu são descendentes da família dos Mbayá — Guaikuru¹², grupo encontrado mais intensamente na região setentrional do Grande Chaco, por volta do século XVII e XVIII. De acordo com os estudos do historiador Giovani Silva, “os Guaikuru compreendiam diversos grupos como os Abipon, Mocovi, Toba, Pilagá, Payaguá e os Mbayá” (2004, p. 40). Nos estudos dos cronistas tudo indica que os Mbayá sejam os ancestrais dos Kadiwéu e o último grupo a migrar para o lado esquerdo do Chaco Paraguaio.

É na região do Chaco que os Mbayá —Guaikuru mantinham certa preponderância sobre outros grupos indígenas e formaram um dos grupos de grande resistência à presença ibérica na região. A forte oposição aos portugueses e espanhóis contou com a grande habilidade, a resistência física e o caráter guerreiro dos indígenas que souberam incorporar o cavalo europeu.

¹¹Cf. FUNASA – 2010.

¹²O etnônimo Guaikuru referia-se, basicamente, aos habitantes com o característico sufixo étnico “-yiqui/ -yegi”. (Silva, 2004, p. 39)

Sem esse animal, teria sido praticamente impossível o desenvolvimento do legendário modelo guerreiro dos Mbayá — Guaikuru, conhecido desde a época colonial como índios cavaleiros. Isso possibilitou um aumento do seu território e do seu poderio bélico, pois com o cavalo, puderam entrar em contato com grupos indígenas mais distantes, de modo a lhes impor uma espécie de subordinação (Silva, 2004, p. 41).

Ao contrário de outros grupos indígenas que utilizavam o cavalo apenas na caça e na coleta, os Kadiwéu utilizavam o cavalo como montaria. Devido ao espírito guerreiro, os Mbayá — Guaikuru estenderam suas ações bélicas, saqueando e roubando nas proximidades das encostas andinas do Chaco. Ainda, em virtude do poderio militar, os Mbayá — Guaikuru transformaram-se em um dos principais obstáculos às frentes colonizadoras, tanto espanhola como portuguesa, desempenhando um papel fundamental na definição de limites territoriais do Brasil na região.

No século XVIII, muitos índios pertencentes ao grupo dos Mbayá, estiveram sob influência de jesuítas espanhóis para a catequização, mas não houve êxito para estabelecer uma missão, o que provocou a expulsão dos padres jesuítas, sem entretanto, terem cumprido sua obrigação.

No mesmo século, “com a descoberta de metais preciosos na região de Cuiabá, nova situação foi criada na história de contato dos Guaikuru com os não-índios” (Silva, 2004, p. 46). Os invasores, agora de canoa, tornaram-se alvos distantes para esses índios. Para ajudar no confronto, os Guaikuru se aliaram aos Payaguá (canoeiros), para atacar as monções, causando sérios prejuízos.

A contínua resistência que os Mbayá — Guaikuru ofereceram aos portugueses foi objeto de sérias preocupações por parte dos colonizadores, os quais tentavam sempre estabelecer uma aproximação com os índios. [...] a intenção dos portugueses em ganhar a confiança dos índios com meio de ajudar a assegurar a posse de territórios para domínio colonial luso-brasileiro, já que este era continuamente ameaçado, na fronteira do sul de Mato Grosso, pela presença espanhola. Embora atacando, ora portugueses (como em 1778, próximo ao Forte de Coimbra), ora espanhóis, os Mbayá — Guaikuru foram levados a estabelecer relações de proximidade [...] perspectiva que deixava os portugueses temerosos das consequências que pudessem advir desta aliança [...] (Silva, 2004, p. 48-49).

Em fins do século XVIII, os Mbayá — Guaikuru chegaram a um acordo com a Coroa portuguesa, devido às perdas incessantes. Sendo assim, em 1791, os indígenas, junto a Coroa Portuguesa, firmaram o “tratado de perpétua paz e amizade”. Nesse acordo, os índios asseguravam a posse de um extenso território e a aliança portuguesa para suas guerras. Mas, registros de cronistas demonstram que com o passar do tempo, os índios Guaikuru foram perdendo o seu espírito guerreiro, principalmente devido à dizimação da população, causada por uma série de doenças (Mangolin, 1993). Paralelo a essas doenças, os indígenas entraram em contato com a bebida alcoólica, através do comércio brasileiro, o que, também, acarretou na perda de grande parte de sua riqueza.

MONÇÕES

As monções eram expedições fluviais povoadoras e comerciais nas quais predominaram populações oriundas do Estado de São Paulo. As expedições navegavam pelo rio Tietê e pela rede de afluentes do rio Paraná e Paraguai até chegar a cidade de Cuiabá. A duração das viagens era pelo menos 05 meses. As embarcações comportavam até trezentas ou quatrocentas arrobas de mercadorias desde aquelas destinadas às necessidades imediatas da vida.

Saiba mais:

Leitura de HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Na história de contato dos índios Kadiwéu, um fato importante ainda não mencionado, foi a participação dos indígenas na Guerra do Paraguai (1864-1870). Durante o conflito entre Brasil e Paraguai, a aliança com os Guaikuru revelou ser de grande importância para os planos de vitória dos brasileiros. Com o pós-guerra, na intenção de procurar solução para os futuros desentendimentos entre índios Guaikuru e soldados brasileiros, o governo do Estado de Mato Grosso, como forma de pagamento aos serviços prestados durante a Guerra do Paraguai, mandou delimitar “definitivamente” um território para os índios Kadiwéu, cuja área era de aproximadamente 373.024 ha e sua extensão demarcada atingia a proximidades da Serra da Bodoquena até o Rio Paraguai (Mangolin, 1993; Silva, 2004).

A demarcação da Reserva Indígena para os Kadiwéu em início da década de 1980 acabou acarretando inúmeros problemas fundiários, oriundos de sucessivas tentativas de invasão de terra e conflitos com os posseiros da região da Bodoquena. Apelidados de *baianada* pelos indígenas, os posseiros foram responsáveis por uma nova demarcação de terras no território indígena Kadiwéu.

A definitiva demarcação da Reserva Indígena Kadiwéu foi empreendida pela Funai, em colaboração com o Exército Brasileiro, no início da década de 1980. Nessa época as terras dos Kadiwéu localizavam-se no recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul. Especialmente entre 1979 e 1980, o clima de tensão na área foi grande, uma vez que alguns arrendatários e proprietários limítrofes à área Kadiwéu se sentiram prejudicados com o processo demarcatório e impediram mais de uma vez a nova delimitação da área (Silva, 2004, p. 85).

Conforme Silva, “a nova demarcação de terras, concluída em 1981, definiu a área da Reserva Indígena em 538.535,7804 ha e cercou-se de muita tensão com os invasores” (2004, p. 85). A atual reserva indígena Kadiwéu está situada entre a “Serra da Bodoquena (a leste) e os rios Niutaca (norte/noroeste), Nabileque (oeste), Paraguai (sudoeste) e Aquidabã (sul)” (Siqueira, 1993, p. 05). No entanto, é possível afirmar que a população indígena Kadiwéu é a única no Estado de Mato Grosso do Sul, que manteve a posse de uma extensão de terras significativas, o que lhe permite hoje, melhores condições de vida¹³.

¹³A afirmação sobre a população indígena Kadiwéu pode ser encontrada no site do Núcleo de Estudos de Populações Indígenas – NEPI/UCDB.

Atualmente a Terra Indígena Kadiwéu está no município de Porto Murtinho, onde é difícil o acesso aos não-índios. Sua população indígena é estimada em aproximadamente 1.417 pessoas¹⁴. A Reserva Indígena inclui cinco grandes aldeias, sendo que as duas maiores constituíram-se em torno do posto da FUNAI. A aldeia maior, Bodoquena, (antigo Posto Indígena Presidente Alves de Barros), localiza-se no nordeste da Terra indígena, ao pé da Serra da Bodoquena, vizinha à aldeia Campina, situada a 5 km de Bodoquena. Na porção oeste do Estado de Mato Grosso do Sul localiza-se a Aldeia Indígena Barro Preto. A aldeia Tomazia fica, aproximadamente, 30 km distante do P. I. São João, mais especificamente ao sul da Terra Indígena. Também, nas proximidades, encontra-se a aldeia São João. Nessa aldeia habitam índios Terena e remanescentes dos índios kinikinau. (Siqueira, 1993).

Na Reserva Indígena Kadiwéu, ainda existem algumas famílias que vivem em pequenos grupos (núcleos), no interior da Terra Indígena, preservando muito de sua cultura e praticando atividades de subsistência, cultivando, sobretudo, milho, arroz, feijão e mandioca em pequenas roças.

O povo Ofaié

Os primeiros registros sobre os Ofaié aparecem no século XVIII, sempre descritos na maioria das vezes, de uma forma genérica. Mas, baseado nos estudos de Carlos Alberto dos Santos Dutra, observa-se que a presença desse povo somente é registrada e percebida pela história oficial a partir da República (2004, p.45), ou seja, no final do século XIX. Segundo o autor desde o momento do seu aparecimento na documentação brasileira eles foram chamados de diferentes modos, [...] tendo seu nome grafado de várias e diferentes maneiras, ora usado no singular, ora usado no plural. [...] (Dutra, 2004, p.48)

A população indígena Ofaié caracteriza-se por apresentar traços marcantes da cultura indígena: vive da caça e da coleta. Grande parte do grupo possui

Estatura baixa e índole pacífica, os Ofaié viveram sempre em pequenos grupos que andavam sem destino pelos campos em constantes migrações. Pelos frequentes contatos, muitas vezes hostis, que tratavam com os kaiowá, ao longo dos anos, nas margens dos rios, aprenderam o fabrico das canoas, tomando, também, o costume de perfurar o lábio inferior (Dutra, 1996, p.77-78).

Os estudos sobre os Ofaié seguem afirmando que a população armava acampamento à beira dos riachos, onde podia passar o dia pescando ou colhendo mel silvestre. No momento que o grupo desconfiava ou suspeitava que havia sido descoberto adentrava para o interior da mata. Nas matas à dentro as aldeias caracterizavam-se por serem sempre pequenas “[...] não excediam o número de 20 casas. Nas aldeias Ofaié, os indígenas

¹⁴Cf. dados da Funasa – 2010.

Costumavam dormir sobre o chão e não em redes. Suas cabanas não têm paredes. Consistem apenas num teto de palmeira que atinge até o chão. Muito pequenas, medindo cerca de um metro de altura pela mesma medida ou pouco mais de profundidade, são sustentadas por galhos de árvores rudemente arrancados. Nos períodos de frio, protegiam-se cavando no chão da cabana uma cova, que era forrada de capim seco, onde dormiam (Dutra, 1996, p.79-80).

Na história dessa população indígena, complexas e tensas foram as relações vividas entre o grupo e o espaço físico que ocuparam e passaram a dividir com as frentes de ocupação. No século XIX, a população Ofaié que até então era desconhecida nas narrativas históricas do Mato Grosso do Sul, possuía cinco aldeias nas margens do rio Paraná, região vizinha às terras Guarani-Kaiowá com quem não mantinham relações amistosas (Dutra, 1996). Em fins do século XIX, ocorreu uma grande ocupação de fazendeiros na região. Estes proprietários de terra adquiriram suas propriedades com excelentes pastos para a criação de gado e, com isso, cercavam o local com arames farpados. No contexto do projeto colonizador do governo, que buscava incentivar a imigração massiva para povoar os campos do antigo sul do Estado de Mato Grosso, mineiros, paulistas e nordestinos adentraram na região e acabaram constituindo grandes propriedades rurais, o que levou a população indígena Ofaié ao enfrentamento e após muitas perdas, a abandonar suas terras.

Ao final do século XIX, os Ofaié são engajados como peões, ou seja, mão-de-obra barata, na economia regional do Mato Grosso do Sul. Já no início deste século, com um número reduzido de sua população, os índios procuraram a região da mata onde ficavam mais protegidos (Dutra, 1996) e (Mangolin, 1993).

Vítimas deste caminho tortuoso, os Ofaié perambularam de 1880 até hoje, de um lado para o outro no Mato Grosso do Sul para não serem exterminados de vez como povo diferenciado (Mangolin, 1993, p.41).

Com as sucessivas reivindicações do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o governo do então Estado de Mato Grosso reservou uma área de terra devoluta para o povo Ofaié. As terras arrendadas pelo governo pertenciam à Fazenda Boa Esperança. Com o contrato vencido, o dono da fazenda, o fazendeiro Arthur Hoffing, deslocou os índios para a beira do rio Verde. Com a não adaptação dos indígenas ao local, os mesmos voltaram à fazenda e alojaram-se nos fundos do terreno. A morte do proprietário fez com que a fazenda fosse vendida a terceiros.

Anos depois vivendo em um estado crítico, os índios chamaram a atenção da FUNAI. O órgão indigenista

Em quase um século de atuação [...] que deveria dar proteção aos índios, nada fez de concreto para resgatar a dívida para com os Ofaié-Xavante. Ao contrário, em 1978, numa atitude de conivência oligárquica rural de Brasilândia, a FUNAI tirou os Ofaié de seu território tradicional e levou para a conflitiva região de Bodoquena, onde os índios e posseiros disputavam com fazendeiros a posse e o arrendamento das terras da Reserva Indígena Kadiwéu (Mangolin, 1993, p. 41).

Até o presente momento, depois de anos de impasse, a população indígena Ofaié encontra-se concentrada em uma Terra Indígena (TI), cedida pela Hidrelétrica instalada na região e com uma área de aproximadamente 1.937,62 ha, localizada no município de Brasilândia no leste do Estado de Mato Grosso do Sul. Sua população é estimada em pouco mais de 70 pessoas, sendo todas residentes na Aldeia Indígena Ofaié, com apenas alguns idosos falantes da língua.

O povo Guató

O povo Guató é um dos cinco povos que sempre habitaram e habitam as terras do atual Estado do Mato Grosso do Sul. Conhecidos como índios canoieiros ou simplesmente índios d'água, o povo Guató localiza-se em uma região marcada por uma extensa planície alagável, mais conhecida como Pantanal.

FAMÍLIA GUATÓ EM SUA CANOA



Fonte: (Schmidt, 1942^a, p. 141; apud. OLIVEIRA, 2002)

As primeiras descrições sobre o povo Guató surgem a partir do século XVI, nos comentários do navegador Alvarez Nunes Cabeza de Vaca. Em seus registros, o povo Guató aparece como aliados dos índios Guaxarapo e de outros grupos que, também eram inimigos do povo Guarani (Oliveira, 1996, p.52).

OS GUAXARAPO

Os índios Guaxarapo correspondem a um grupo canoeiro atualmente dado como extinto. Esse grupo também é conhecido como Guachico ou Guacharapo. Eles ocupavam a porção Centro-Sul do Pantanal Mato-grossense, principalmente os rios Taquari, Miranda e parte do Paraguai (Susnik, 1978, p. 22-24 apud. Oliveira, 1996, p. 50).

Os estudos sobre os índios Guató nos revelam que a sua filiação lingüística continua incerta até os dias atuais. O que existe de indicação nos mostra que o povo Guató possa pertencer a um subgrupo da grande nação Guaicuru (Mangolin, 1993). De acordo com os escritos de Magalhães, o povo Guató habitava

Os imensos campos paludosos do Alto Paraguai, S. Lourenço e Cuiabá; a região de sua residência se estende, pela margem direita do Paraguai, até a baía denominada de Gaíba [...]; pela margem direita até a baía que chamamos Chanés [...]; pelo Paraguai arriba suas habitações vão até o morro de Descalvado; pelo S. Lourenço até a confluência do Cuiabá; e por este até dez léguas ao sul do ponto do Cassange (1873, p.479-480 *apud*. Oliveira, 1996, p. 62).

Toda essa área ocupada pelo povo Guató caracteriza-se pela grande diversidade fisiográfica e está inclusa, em parte, nos pantanais do Paraguai, Paiaguás, Cáceres e Poconé (Oliveira, 1996, p. 68).

Os Guató, ao contrário de diferentes grupos, não se organizam em aldeamento, mas em famílias nucleares autônomas, independentes e espalhadas pelo território que ocupam. “Cada família ocupa uma determinada área e locais onde, na maioria das vezes, permanecem estabelecidas durante o período da seca e outros onde permanecem durante a cheia” (Oliveira, 1996, p. 51). Baseados nos estudos do arqueólogo Jorge Eremites de Oliveira fica evidente que esse fator é determinante na organização social e na ocupação do espaço por esse povo.

Conforme já descrito, o povo Guató não habita em casa-aldeia, suas moradias podem ser classificadas como abrigos provisórios e casas permanentes, que servem para abrigar as famílias diante de fatores climáticos, como a chuva (Oliveira, 1996, p. 90) e a sazonalidade das enchentes da bacia do rio Paraguai.

Os abrigos provisórios

Apresentam uma construção de estruturas improvisadas, basicamente com equipamentos de uso doméstico e de subsistência. É menos elaborado que a casa tradicional e possui pequenas dimensões. Serve para uma família passar a noite ou descansar por alguns poucos dias. Constitui-se de dois esteios centrais fincados na terra e que sustentam um frechal improvisado por uma zinga. O frechal é fixado por uma amarração de enlace que deve ter sido feita com cipó. Dez flechas funcionam como caibros para sustentar um revestimento improvisado com dois tipos de esteiras de dormir que servem de cobertura. Quando os Guató mudam de lugar, este tipo de abrigo é desfeito, sendo menos provável encontrar evidências de suas estruturas (Oliveira, 1996, p. 92-93)

Quanto ao abrigo permanente utilizado no período de seca se caracterizava

por uma planta baixa frontal. Os esteios são enterrados no chão. Dois esteios centrais e, forquilhas apóiam uma cumeeira e quatro esteios periféricos, também em forquilhas, sustentam os frechais. Há dois esteios periféricos para cada lado dos esteios centrais. A amarração da cumeeira e dos frechais é do tipo encaixe ou apoio sobre forquilha. Sobre a cumeeira a frechais são colocados caibros e sobre estes, ripas, talvez amaradas com enlace de cipó. O teto é do tipo duas águas. No interior da casa existe um jirau, que é uma pequena estrutura composta de quatro varas em forquilhas, fincadas no chão, que apóiam outras varas sob forma de estrado e que está servindo para pendurar um cesto e apoiar algumas flechas [...] (Oliveira, 1996, p. 94-95).

Esse modelo de casa permanente corresponde ao período em que os índios Guató dedicam-se a agricultura, plantando mandioca, milho e cereais de variadas espécies. Além da plantação esses indígenas colhem nas matas aquilo que era necessário para a sua sobrevivência como folhas, frutos e mel. Outra importante fonte de alimento extraída da natureza é a pesca de peixe e jacaré (Mangolin, 1993).

HOMEM E MENINO GUATÓ EM SUA CASA TRADICIONAL



Fonte: (Schmidt, 1942^a, p. 147; apud. Oliveira, 2002)

Outra singularidade encontrada entre o povo Guató é a construção de lugares de descanso ou assentamentos, conhecidos como aterros. Os aterros ou os assentamentos estão diretamente ligados a três fatores de ordem cultural e ecológica para o povo Guató, são eles: a sazonalidade ou assentamento *marraböro* (aterro), composto por matas ciliares, campos limpos, capões-de-mato, cordilheira, margens de baías, são os mais importantes para as famílias deste povo, pois se caracteriza pela ocupação durante o período das grandes cheias. A forma organizativa ou assentamento *modidjécum* (beira de rio), localizados às margens de rios e matas ciliares, são assentamentos que servem somente para o período da seca, pois dependendo da intensidade das cheias, podem permanecer inundados por meses, o que acarreta a deposição de sedimentos e matéria orgânica através das águas. Por fim, a mobilidade espacial ou assentamento *macairapó* (beira de morraria) composto por matas ciliares, campos limpos, geralmente localizados próximos de serras e morros isolados e que são os locais mais protegidos das inundações. (cf. Oliveira, 1996).

A área atualmente ocupada pelo povo Guató, é hoje conhecida como ilha de Ínsua, localizada no ponto extremo noroeste do Mato Grosso do Sul, na fronteira com a Bolívia, em pleno pantanal mato-grossense (Mangolin, 1993). A partir de 1925, chega na ilha o não-índio Eulálio Soares e tempos depois Miguel Gatass. Considerado um lugar estratégico, na divisa do Brasil com a Bolívia, anos depois, instalou-se no local um destacamento militar.

Após passarem por diversos processos de explorações e inúmeras tentativas de expulsão, os indígenas foram obrigados a ceder parte da ilha ao Exército Brasileiro, que nos dias de hoje mantém seu domínio. Hoje, esse povo foi reduzido a um número mínimo e muitas famílias se agregam como fornecedoras de mão-de-obra semi-servil à dinâmica do capital representado pela empresa agropastoril (Mangolin, 1993, p. 30). Assim, em virtude desses processos de exploração grande parte da população deixou de falar a língua, realizar cultos tradicionais e não estimulam as crianças a aprenderem o idioma.

Atualmente o povo Guató se constitui em 175 pessoas, em uma área de 10.900 hectares, que se localiza na porção Norte do Estado de Mato Grosso do Sul, na ilha Ínsua. Sua Terra Indígena (TI), nas proximidades do município de Corumbá é composta por apenas uma aldeia indígena denominada de Aldeia Indígena Uberaba.

O povo Kiquinau

As primeiras informações sobre o povo Kiquinau remetem para o período da História Colonial Brasileira. Realizando uma leitura mais detalhada dos registros produzidos por viajantes e exploradores que adentraram no interior do Brasil é possível identificar que os índios Kiquinau pertencem ao sub-grupo Guaná e ao grupo lingüístico Aruak (Silva, 2004) e (Castro, 2005). Segundo o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira, em seu livro: *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*, ele declara que os Kiquinau “[...] teriam atravessado o rio Paraguai, em ondas sucessivas, a partir da segunda metade do século XVIII, e se instalaram na região banhada pelo rio Miranda, entre os paralelos de 19º e 21º de latitude, onde foi encontrá-los os viajantes do século XIX” (1976, p. 27). Nesse mesmo período, os índios mantiveram uma aldeia na região de Miranda, mais precisamente “junto ao rio Agaxi, de onde se dispersaram, expulsos de suas terras por uma civilização que as teria comprado do Estado do Mato Grosso do Sul” (Oliveira, 1976, p. 27).

Estudando sobre esse povo fica evidente que os índios Kiquinau sofreram duas dispersões ao longo de sua história. A primeira dispersão está registrada pelos historiadores por volta do século XIX, mais notadamente devido a Guerra do Paraguai. Durante a Guerra, os índios foram obrigados a prestarem serviços aos brasileiros, fornecendo alimentos aos soldados e, provavelmente, combateram no intuito de defender a sua terra.

Para o historiador Giovani José da Silva

Após a Guerra do Paraguai, os índios Terena e Kiquinau, além de outros, sofreram com sérias perseguições por parte de fazendeiros, posseiros e invasores. O grupo dos kiquinau foi disperso, mas algumas famílias estabeleceram em Agaxi, próximo a Miranda. Os invasores da terra, novamente, os perseguiram, obrigando-os a procurar outro lugar¹⁵. (2004, p. 12).

¹⁵Esse registro equivale ao depoimento do ancião Leôncio Anastácio, concedido ao professor Rosaldo de Albuquerque Souza no final de 2003. A entrevista está no texto do historiador Giovani José da Silva intitulado: Os kiquinau em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul: (in) visibilidade de um grupo indígena para o Seminário Povo Kiquinau: Persistindo a Resistência – Bonito/MS, 16 à 18 de junho de 2004.

Segundo a historiadora Iara Castro, a segunda dispersão ocorreu

com o desagregamento da aldeia de Agachi, entre 1908-1925, [...] na qual os kiquinaiu tomaram várias direções. Um grupo seguiu orientações do SPI, indo para as aldeias de Lalima e Cachoeirinha, ambas em Miranda (Relatório de Inspeção do SPI de Mato Grosso, de 01 de janeiro de 1920). **Ainda seguindo as orientações do SPI, um segundo, e talvez o menor grupo, deve ter se deslocado para a região de Bonito, mais especificamente para a Aldeia São João, Terra Indígena Kadiwéu** conforme sugere o Relatório da Inspeção do SPI de Mato Grosso, de 1925. Este último documento indica, também, a expulsão da região de Miranda, registrando que as terras antes ocupadas pelos kiquinaiu haviam sido compradas pelo senhor Antônio Leopoldo Pereira Mendes que determinou que os índios ali ficassem até terminarem suas colheitas e fizessem as suas mudanças para outro qualquer ponto. Finalmente um provável terceiro grupo, constituído por aqueles que optaram por se estabelecer como trabalhadores braçais nas fazendas da região que abrange Aquidauana, Miranda, Nioaque, Bodoquena, Bonito, Porto Murtinho e outras áreas fronteiriças com o Paraguai (Castro, 2005, p. 5-6, **grifo meu**).

Os primeiros grupos de índios que migraram para as aldeias Terena (Lalima e Cachoeirinha) constituíram casamentos interétnicos entre Terena. Com essa união, as crianças que nasciam eram registradas pelos funcionários do SPI e da FUNAI como sendo de uma única etnia, a Terena. Essa “extinção” que os dois órgãos fizeram do povo kiquinaiu contribuiu para o pequeno número de índios dessa etnia em nosso Estado.

A outra parte do grupo indígena habita na Aldeia São João, localizada mais ao sudeste do Território Kadiwéu. De acordo com Souza, nessa Terra Indígena

Os kiquinaiu reconstruíram as habitações, a área da lavoura e as outras edificações inerentes à cultura. Reconheceram na nova terra — mesmo que alheia, mesmo que temporária — os elementos necessários para a sua sobrevivência: solo, vegetais, plantas medicinais, animais. Em mais de meio século, os kiquinaiu transformaram essa porção da Reserva Indígena Kadiwéu no lugar kiquinaiu (2004, p. 04).

Na aldeia São João, o povo kiquinaiu teve que estabelecer relações de parentesco e de troca, isso para manter a proteção e a permanência do grupo em seu território. Atualmente os kiquinaiu compreendem um total de 141 índios no Estado do Mato Grosso do Sul. Esse povo tem se organizado e empenhado na luta pelos seus direitos e pelo seu devido reconhecimento junto ao órgão indigenista e à sociedade nacional. O que o povo kiquinaiu espera nos dias atuais é readquirir a posse das suas terras tradicionais para reconstruir sua vida, história e cultura.

O povo Atikum

O povo Atikum é oriundo de Pernambuco e chegou ao Mato Grosso do Sul no início da década de 1980. Segundo a pesquisa de SILVA (2000), os Atikum antes de chegarem à região “passaram pelos Estados de São Paulo e Paraná, além dos municípios de Selvíria (MS) e depois dirigem-se a aldeia Passarinho, Área In-

dígena Pilade Rebuá, no município de Miranda” (Silva, 2000, p. 25). Nos dias de hoje, os índios Atikum somam aproximadamente 55 índios localizados na Área Indígena de Nioaque, da etnia Terena.

Os índios Atikum, que estão no Estado, são falantes apenas do português e possuem a “cor da pele negra, e por isso, são vistos pelos outros não como índios, mas como negros”. Esses indígenas “antes de se identificar como pernambucanos, [...] preferem ser identificados como índios do Nordeste, um índio diferente” que se originam de uma “terra seca”. (Silva, 2000, p. 32). Conforme os estudos do autor, “terra seca é um nome que vem de fora para dentro, que tenta desqualificar o grupo, enquanto oriundo de um lugar desprovido de água e de difícil sobrevivência” (2000, p. 32).

A situação desse grupo indígena no estado de Mato Grosso do Sul é bastante precária. Eles estão brigando junto aos órgãos competentes por uma melhor condição de vida. Pois a Terra Indígena da aldeia Cabeceira, cedida a esses indígenas, com cerca de 60 hectares, é muito fraca para a plantação. Na área destinada aos indígenas, não conseguem retirar mais do que uma roça de subsistência (mandioca, abóbora, feijão, etc). “Os que ficaram na aldeia possuem pequenas plantações e empregaram-se como peões de fazendas vizinhas”. Outro fato ainda a mencionar é que além de toda a dificuldade com a terra, ainda existe a falta de água. “A água da região é obtida através de um poço”, pois não há rios nas proximidades. “A água dos poços não é de boa qualidade e isso tem contribuído para uma alta incidência de doenças” (Silva, 2000, p. 33).

Na pesquisa elaborada para a conclusão do curso de Especialização em Antropologia, o historiador Giovani Silva registra por meio de entrevistas, as difíceis condições desse grupo, como afirma o índio Atikum Aliano:

A dificuldade é grande, eu já tenho caçado posição prá ajudar, pedi ajuda prá Funai, prá criarmos condições. Eu tenho ficado aqui uns dois, três anos sem trabaiá, e a terra é fraca, inclusive agora já tô completando quatro ano tô aí parado nessa área que nós sabemos que não produz nada¹⁶ (SILVA, 2000, p.33).

De acordo com a pesquisa de Silva, um sinal de indianidade constitui-se na realização do ritual do Toré, comum a muitas outras sociedades indígenas nordestinas (2003, p. 97). O Toré é um ritual realizado a noite, com a presença de muitas pessoas. Nesse ritual apenas os homens dançam. A dança é feita em círculos no terreiro; não existe uma regra rígida para os movimentos, ora sendo em sentido horário e depois em sentido inverso. Um puxador de linha, aquele quem determina qual o toante a ser executado, vai à frente cantando e animando os demais, além de distribuir os dançarinos pelo terreiro. Cada participante segura na mão um chocalho e o ritmo da dança é marcado pelas batidas dos pés (Silva, 2000, p. 34-35).

Na atualidade, os Atikum demandam por um pedaço de terra para dar continuidade a sua reprodução cultural e física, a plantar e colher e dançar e cantar o Toré.

¹⁶Entrevista cedida pelo índio Atikum Aliano no ano de 1999.

CAPÍTULO II

Territorialidade e Povos Indígenas

AGUILERA URQUIZA, A. H.¹⁷

VARGAS, Vera Lúcia F.¹⁸

Como vimos no texto anterior (A sociodiversidade indígena no Brasil) a realidade indígena é dinâmica e ao mesmo tempo complexa, ao envolver um longo período de contato com a população, inicialmente europeia e, por terem estado durante tanto tempo invisíveis na historiografia e, particularmente, por aparecerem algumas vezes, quase sempre a partir de uma visão deturpada, ora romântica (veja as obras de José de Alencar), ora preconceituosa, alegando que os povos indígenas, na verdade, atrapalham o progresso do país.

No presente capítulo do Curso Formação de Professores na Temática: **Culturas e História dos Povos Indígenas**, nos propomos trabalhar com as temáticas de território, territorialidade, (re) territorialização e alguns dados demográficos sobre os povos indígenas na atualidade, lembrando que existe uma imensa diversidade quando falamos em povos indígenas; o mais acertado seria falarmos em Guarani, Yanomami, Guató, Kaingang, Terena, Tikuna, Kiquinau, ou seja, o nome de cada povo, tendo em vista representarem realidades completamente distintas em termos de história, ocupação territorial, organização social, língua, etc.

Inicialmente é importante estarmos atentos para a compreensão dos conceitos de espaço-território, territorialidade-territorialização e reterritorialização, todos eles assumindo uma acepção com ligeiras variações quando relacionados aos povos indígenas.

¹⁷Doutor em Antropologia (Universidade de Salamanca / Espanha); professor de Antropologia na UFMS; líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) “Antropologia, Diversidade Cultural e Educação Indígena”.

¹⁸Doutoranda em História (UFF/RJ); professora de História da UFMS e pesquisadora do Grupo de Pesquisa (CNPq) “Antropologia, Diversidade Cultural e Educação Indígena”.

Primeiras aproximações

Geralmente o enfoque da mídia no caso dos conflitos agrários entre índios e produtores não-índigenas é tratar da questão de forma superficial e sem atentar para o processo histórico facilitador da compreensão destas disputas. No mais das vezes procura ressaltar que muitos desses sujeitos nem são mais índios de verdade, quase sempre caracterizando como provas da “aculturação”, o fato de morarem nas periferias de cidades, utilizarem tecnologias (celular, rádio, etc.) ou ainda, o engajamento destes em atividades antes monopolizadas pelos não-índios ou sua articulação à economia regional. Por exemplo, atividades de criação de gado, de garimpagem, venda de artesanatos, são apresentadas como aspectos incongruentes com seus direitos territoriais.

Aparece aqui, um primeiro elemento distintivo que envolve a compreensão da dimensão cultural relacionado à noção de territorialidade dos povos indígenas: a imagem romântica de índios, conforme será descrito no módulo 03; quase sempre a imagem de índios nômades perambulando por amplos territórios intocados ainda domina a visão e o “senso comum” de grande parte da população brasileira acerca dos “usos, costumes e tradições” indígenas, conforme consta no artigo 231 da Constituição Federal de 1988. Dentro desta visão, os que não estiverem correspondendo a essa imagem, estereotipada, de índio no meio da mata e quase sem roupas, diz-se que perderam sua tradição.

Como afirmado acima, o artigo 231 (CF de 1988) reconhece aos índios “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”; o texto constitucional também indica que tal ocupação tradicional deve ser lida através das categorias e práticas locais, ou seja, levando-se em conta os “usos, costumes e tradições” de cada grupo. Logo, uma Terra Indígena deve ser definida — identificada, reconhecida, demarcada e homologada — levando-se em conta quatro dimensões distintas, mas complementares, que remetem às diferentes formas de ocupação, ou apropriações indígenas de uma terra: “as terras ocupadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural” (cf. Gallois, 2010)¹⁹.

Dentro deste contexto, fica claro que estamos lidando com diferentes lógicas e concepções acerca do que seja território e, certamente estas diferenças também estão presentes entre os vários povos indígenas no Brasil. Conforme Gallois (2010), a diferença entre “terra” e “território” remete a distintas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma Terra Indígena. A noção de “Terra Indígena” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.

¹⁹Cf. GALLOIS, Dominique T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidade? Acessado em 03/05/2010, no site do ISA - http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/dgallois-1.pdf.

TERRA INDÍGENA

Trata-se do processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, o qual gera no final a figura conhecida como “terra indígena” (TI), um espaço físico, pertencente à união e de usufruto dos povos indígenas.

Quanto à noção dos próprios povos indígenas acerca do que seja território, sugere João Pacheco de Oliveira que: “Não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas” (Oliveira, 1996, p. 9, apud. Gallois, 2010). Na transformação de um território em terra, passa-se das relações de apropriação (que prescindem de dimensão material) à nova concepção, de posse ou propriedade.

TERRITÓRIO INDÍGENA

Remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade indígena específica e sua base territorial. Diz respeito ao espaço físico, mas vai muito além deste, envolvendo elementos míticos, simbólicos, religiosos, subsistência, entre outros, centrais às concepções culturais e cosmológicas próprias destes povos.

Território, nesta acepção, não é uma noção que remete apenas ao espaço físico, mas, sobretudo, a concepções cosmológicas próprias de cada sociedade indígena.

Conceitos de território e territorialidade

Inicialmente é imprescindível fazermos algumas distinções entre os conceitos de *espaço (terra)*, *território* e *territorialidade* para, dessa forma, facilitar a compreensão dos demais termos utilizados neste texto.

O conceito de *terra* remete para a noção de um determinado espaço geográfico, com suas características físicas e geomórficas: campos, montanha, rios, mata, etc. Por outro lado, a noção de território é polissêmica, possuidora de vários significados.

Para os povos indígenas, a terra é muito mais do que simples meio de subsistência. Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e conhecimento, como afirmado anteriormente. Não se trata apenas de um recurso natural, pois é muito mais que isto, é um recurso sócio-cultural, que tem a ver com a vida coletiva destes grupos.

TERRITÓRIO E DEMARCAÇÃO

Vale lembrar que o reconhecimento dos índios enquanto realidades sociais diferenciadas, na Constituição Federal, não pode estar dissociado da questão territorial, dado o papel relevante da terra para a reprodução econômica, ambiental, física e cultural destes.

Tanto assim que o texto constitucional trata de forma destacada este tema, apresentando, no parágrafo 1º do artigo 231, o conceito de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, definidas como sendo: aquelas "por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições". Terras que, segundo o inciso XI do artigo 20 da CF, "são bens da União" e que, pelo §4º do art. 231, são "inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis".

Embora os índios detenham a posse permanente e o "usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos" existentes em suas terras, conforme o parágrafo 2º do Art. 231 da Constituição, elas constituem patrimônio da União. E, como bens públicos de uso especial, as terras indígenas, além de inalienáveis e indisponíveis, não podem ser objeto de utilização de qualquer espécie por outros que não os próprios índios.

Fonte: <http://www.funai.gov.br/>

Entendemos território aqui, conforme Little (2002, p. 3) que afirma ser um "produto" resultante do "esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar" com determinada parcela do ambiente físico. A noção de terra indígena ou de território não remete para a temporalidade da ocupação ou para a imemorialidade. O território como algo construído e constantemente reconstruído de acordo com a dinâmica própria de cada população, torna-o inseparável da história de um povo indígena. Remete, portanto, para as "contingências históricas", vivenciadas por determinada população indígena. É o contrário do que querem aqueles que defendem uma pretensa vinculação pretérita (ancestral – antes de Cabral) destes povos com a terra, como argumento de pertencimento.

Entre os povos indígenas, finalmente, podemos dizer que a terra é um bem coletivo, destinada a produzir a satisfação das necessidades de todos os membros daquela determinada sociedade. Dessa forma, todos têm o direito de utilizar os recursos do meio ambiente, através da caça, pesca, coleta e agricultura. Sendo assim, a propriedade privada não cabe na concepção indígena de terra e território. Embora o produto do trabalho possa ser individual, as obrigações existentes entre os indivíduos asseguram a todos o usufruto dos recursos.

Outro conceito importante para a compreensão da realidade dos povos indígenas no Brasil é o de *territorialidade*. Segundo João Pacheco de Oliveira, caberia chamar a atenção para a diferença entre *territorialização* (um processo social deflagrado pela instância política) e "territorialidade" (um estado ou qualidade inerente a cada cultura). Esta última é uma noção utilizada por geógrafos franceses (Raffestin, Barel) que destaca, naturaliza e coloca em termos atemporais a relação entre cultura e meio ambiente (Oliveira, 1998).

Quanto ao conceito de *territorialização*, ainda segundo o mesmo autor (Oliveira, 1998, p.55)

A noção de *territorialização* é definida como um *processo de reorganização social* que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado.

Depreende-se, assim, que *territorialidade* tem a ver com as formas próprias como cada povo (re) elabora suas práticas culturais na interação com a natureza, processo que extrapola a noção física (geográfica) de terra, enquanto elemento espacial, remetendo para outras dimensões, como a cosmológica, espiritual, simbólica, mítica, etc. Já o conceito de *territorialização* remete para a ação “de fora para dentro”, geralmente deflagrado pela instância política do Estado-Nação, gerando um profundo reordenamento social, cultural, político e da própria “redefinição do controle social sobre os recursos ambientais” (Oliveira, 1998, p. 55).

Finalizando este item, reafirmamos o que foi argumentado anteriormente, qual seja, o fato de que a relação dos povos indígenas com o território não depende da temporalidade (relação necessária com a ancestralidade), mas a transcende, pois o foco recai na relação com a cultura e o meio ambiente, dentro das “contingências históricas” de cada população e sociedade indígena.

Diferentemente da tradição capitalista ocidental, a relação dos povos indígenas com a terra, é mediada pela territorialidade, ou seja, não é uma relação de exploração, mas sim, de interdependência e, por isso mesmo, de respeito e harmonia.

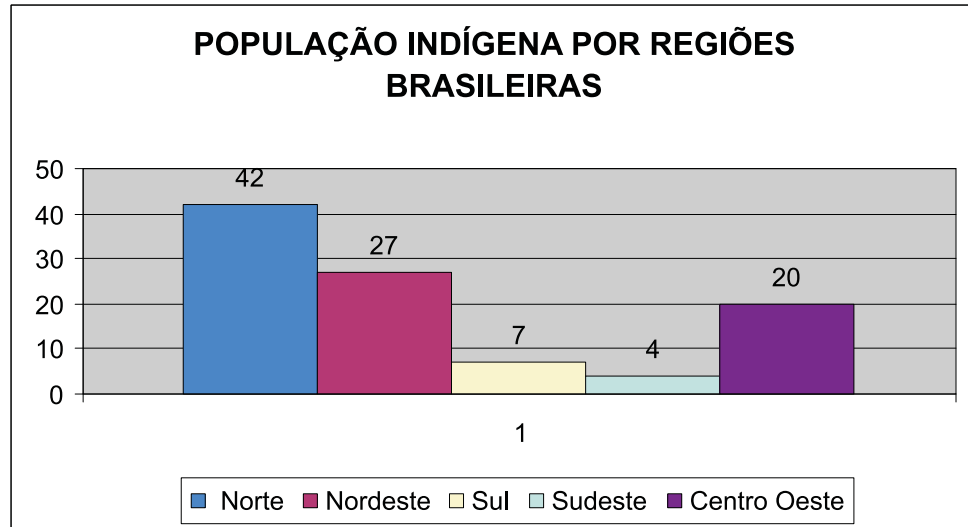
Povos indígenas e demografia

Nos dias atuais, a população indígena do Brasil está estimada entre 400 e 500 mil índios em terras indígenas, segundo agências governamentais e não-governamentais. De acordo com as informações mencionadas acima, segue abaixo uma tabela de dados demográficos contendo o número de índios em terras indígenas por estados brasileiros.

DADOS DEMOGRAFICOS DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL		
Estados Brasileiros		População indígena em Terras indígenas
1.	ACRE	16.237
2.	ALAGOAS	1.550
3.	AMAPA	7.236
4.	AMAZONAS	124.538
5.	BAHIA	25.656
6.	CEARA	22.430
7.	ESPIRITO SANTO	3.127
8.	GOIAS	495
9.	MARANHÃO	28.863
10.	MATO GROSSO	35.858
11.	MATO GROSSO DO SUL	70.537
12.	MINAS GERAIS	11.553
13.	PARA	26.215
14.	PARAIBA	14.208
15.	PARANA	13.017
16.	PERNAMBUCO	40.189
17.	RIO DE JANEIRO	584
18.	RIO GRANDE DO SUL	19.261
19.	RONDONIA	9.706
20.	RORAIMA	9.520
21.	SANTA CATARINA	9.397
22.	SÃO PAULO	6.857
23.	SERGIPE	410
24.	TOCANTINS	12.031
População total		495.267

Fonte: FUNASA (2009)

Os dados da Fundação Nacional de Saúde — FUNASA são importantes no que se refere às informações sobre as populações indígenas que vivem nas terras indígenas. A partir dos dados visualizamos um número exato do contingente populacional das terras indígenas do país e podemos apontar o estado brasileiro com maior (estado do Amazonas com uma população de 124.538) e menor (o estado de Sergipe com uma população de 410) número de índios vivendo em Terras indígenas. O estado de Mato Grosso do Sul se destaca como possuindo o segundo maior número de população indígena, ao redor de 70.537 mil índios.



De modo geral, os povos indígenas no Brasil formam grupos com baixa densidade populacional: mais de 50% desses povos são constituídos por menos de 500 indivíduos e apenas 3 povos são formados por mais de 20.000 pessoas. Alguns povos indígenas que habitam o território brasileiro também vivem em países vizinhos. Há notícias da existência de cerca de 40 “povos isolados” no Brasil, que tem se recusado a um contato mais direto e permanente com segmentos da sociedade brasileira. E nos últimos tempos, vários povos considerados “extintos”, estão se fortalecendo em meio a processos de re-afirmação étnica, exigindo o reconhecimento de suas identidades por parte do governo brasileiro. São, assim, diversas e dinâmicas as experiências históricas de contato dos povos indígenas com a sociedade brasileira, resultando numa heterogeneidade de situações de contato e convívio.

Segundo os dados do Instituto Socioambiental (ISA, 2010), 150 mil índios encontram-se residindo em diversas capitais do país. De acordo com o censo populacional do IBGE, realizado em 2000, a população indígena no Brasil seria de 734.131 indivíduos. Esse total é questionado por especialistas, uma vez que o IBGE chegou a ele por meio do quesito cor de pele, e não por meio da auto-identificação étnica. Assim, pessoas que consideram que tem a pele de cor indígena não necessariamente se reconhecem e são reconhecidas como pertencentes a uma comunidade indígena particular.

Outro elemento importante é sabermos que o fenômeno da presença dos índios brasileiros em meio urbano não é uma novidade. Inicialmente podemos dizer que as cidades é que foram para dentro das aldeias, como é o caso da própria

cidade de São Paulo, construída a partir de uma redução dos Jesuítas em meio a território indígena. Nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, várias cidades passaram pelo mesmo processo, ou seja, foram construídas no local de aldeias indígenas: Rondonópolis (MT), Poxoreo (MT) dentre outras, construídas no local de aldeias Bororo; Dourados (MS), Caarapó (MS) dentre outras, construídas no coração do território Guarani e Kaiowá.

Povos indígenas e território em Mato Grosso do Sul

Como dissemos acima, o estado de Mato Grosso do Sul se destaca no cenário nacional como possuindo o segundo maior contingente populacional de indígenas com cerca de 70 mil índios. Entretanto, apresenta, também, a situação de maior conflito quanto à discrepância entre a quantidade de povos indígenas e a ocupação territorial.

Crianças Guarani/Kaiowá brincam em acampamento KURUSU AMBÁ — 2008



Fonte: HEGON HECK, 2008

Para entender esta situação é imprescindível o conhecimento do processo histórico de ocupação desta região do país, particularmente as políticas de ocupação dos espaços de fronteira, após o grande conflito armado conhecido como Guerra da Tríplice Aliança, ou simplesmente, Guerra do Paraguai.

A partir do final do século XIX intensificam-se as frentes de ocupação agropastoril do então sul de Mato Grosso, afetando o território dos povos Terena (e os outros grupos Guaná), Kadiwéu, Guarani e Kaiowá, assim como os Ofaié,

então, na margem direita do Rio Paraná. Esse processo de perda territorial se agudiza na primeira metade do século XX, com a política de migração massiva, conhecida como “Marcha para o Oeste”, do Governo de Getúlio Vargas. A criação da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados) é feita no território dos Guarani e Kaiowá, com a denominação, por parte do Governo Federal de que eram “terras devolutas”. Dessa forma, grande parte do território destes povos, ou foi titulada indevidamente pelo próprio Governo, ou foi grilada e tomada à força por colonos vindos de outras regiões do Brasil.

Quanto a esta drástica perda territorial, EGON SCHADEN (1962), um grande pesquisador dos povos indígenas brasileiros, já na década de 1950 chamava a atenção para a situação da “nação guarani” e as poucas terras que lhes restavam.

Disseminados em pequenos núcleos numa extensa área, os guarani hoje existentes em território nacional se caracterizam pela multiplicidade de situações de contato interétnico, [...]. Resumindo, pode-se dizer que a tribo guarani que em séculos dominou em grandes extensões dos estados meridionais do Brasil e em territórios limítrofes do Uruguai, da República Argentina e do Paraguai, está hoje reduzida a poucos milhares de indivíduos, que, em sua maioria, exceção feita dos que vivem no Paraguai oriental e no território argentino de Misiones, já que não ocupam áreas extensas e concretas, mas estão confinados a pequenas reservas ou aldeias sob proteção ou mesmo administração oficial. (Schaden, 1962, p.13,18).



Leitura Complementar

Veja, entre outros estudos, sobre a questão dos territórios do povo Guarani:

1. A tese do prof. Dr. Antonio J. Brand (UCDB).

O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra. Tese de Doutorado em História, Porto Alegre, PUC/RS, 1997.

2. O filme TERRA VERMELHA – Diretor MARCO BECHIS (Drama – 108 min. Itália/Brasil)

Sinopse do filme:

Um grupo de índios Guarani-Kaiowá vive em uma fazenda trabalhando em condições de escravidão e ganham alguns trocados para posarem de atração turística. Eles decidem reivindicar a devolução das terras de seus ancestrais e começa um grande conflito com os fazendeiros.

Conforme vimos anteriormente, esta terra torna-se fundamental para produção e reprodução da cultura de um povo, pois para eles, tudo que se relaciona com a estrutura social, ritual ou religiosa está intimamente relacionada ao território. A terra é, dessa forma, um recurso sociocultural, mais que apenas um recurso da mãe natureza.

A população Guarani e Kaiowá é conhecida justamente por essa íntima relação com a natureza, pautada pelo equilíbrio e harmonia, utilizando a terra para o plantio e se destacando como excelentes agricultores, pois possuem um

conhecimento profundo tanto das melhores sementes como das melhores etapas para o plantio, destacando-se o cultivo de muitas variedades de milho.

Para o povo Guarani, seu território tradicional é conhecido como *Tekoha* que significa espaço, lugar (ha), possível para o modo de ser e de viver (teko), dessa forma, o *tekoha* não está unicamente ligado ao território, estabelece relação também com a estrutura social e política do povo Guarani/Kaiowá.

Qual o nome certo?

Os Kaiowá e os Guarani pertencem a subgrupos de um tronco amplo, o do povo Guarani, que também congregam os Mbya; ou seja, no Brasil existem estes três subgrupos: Ñandéva, Kaiowá e Mbya.

A população Guarani está presente no Paraguai, Brasil, Bolívia e Argentina, sendo que os Guarani (Ñandéva) e Kaiowá localizam-se na região meridional do Estado de Mato Grosso do Sul/Brasil.

Eles formam, na verdade, a cultura do MERCOSUL. Caso escolham uma língua do MERCOSUL, esta deveria ser a língua Guarani.

Nessa perspectiva, percebe-se a profundidade da questão da perda territorial para o povo Guarani, pois toca o eixo simbólico da existência deste povo. A compreensão dos motivos que levaram ao processo de desterritorialização do *Tekoha* (Território Tradicional) do povo Guarani e Kaiowá no sul do Estado de Mato Grosso do Sul, tem uma relação direta com os projetos de desenvolvimento da região.

Inicialmente, com a instalação da Companhia Matte Laranjeira, logo após o término da Guerra da Tríplice Aliança e, após os anos de 1930, com a decadência desta empresa, começa a ocupação sistemática do território Guarani, com o incentivo de políticas de ocupação territorial, através das frentes agropastoris.

Brand (1997) comenta acerca da ocupação territorial do povo Guarani e como, aos poucos foi sendo perdido.

Os Kaiowá e Guarani viviam espalhados por uma ampla região em ambos os lados da fronteira entre o Brasil e o Paraguai, reunidos fundamentalmente, em grupos macro familiares. Coincidentemente, seu território era, também, área de forte presença da erva-mate. Sua exploração constituiu-se, no período pós-guerra do Paraguai, em importante atividade econômica, sendo praticamente todo o território tradicional dos Kaiowá e Guarani arrendado à Companhia Matte Laranjeira.

Após este período, surgem as fazendas de criação de gado e a partir da década de 1970 a introdução da monocultura da soja, que propiciou a derrubada sistemática de grandes parcelas ainda restantes de mata nativa, *habitat* natural do povo Guarani e kaiowá. Neste momento, muitas das famílias que ainda viviam nos fundos de fazendas, foram forçadas a ir para as reservas demarcadas pelo governo, ocasionando a partir de então, o fenômeno do superpovoamento destas áreas.

A última investida do agronegócio tem sido a introdução das usinas de álcool e açúcar na região, com suas extensas plantações de cana de açúcar e a consequente utilização da mão-de-obra indígena para o corte da mesma.

Após todos estes anos de perdas territoriais, o povo Guarani e, também outros povos do Estado de Mato Grosso do Sul, a partir da década de 1970, passam a se organizar para reivindicar a restituição de parte do território perdido. A Constituição Federal de 1988 tornou-se fonte de esperança e referência nesta luta por direitos. Começa assim, os conflitos de disputas fundiárias no Estado, com a consequente morte de muitas lideranças indígenas e o clima de insegurança e violência sofrida por estes povos nos últimos anos, além do aumento do preconceito veiculado, sobretudo, pela imprensa, quase sempre, nas mãos de grandes proprietários de terra.



FONTE: http://www.funai.gov.br/mapas/fr_mapa_fundiario.htm

Na atualidade, mesmo computando o território dos Kadiwéu, (a maior Terra Indígena fora da Amazônia Legal, ao redor de 500 mil hectares), Mato Grosso do Sul possui apenas 0,6% das terras indígenas do país e ao mesmo tempo, em torno de 15% da população. Essa relação denuncia uma proporção vergonhosa de disponibilidade das terras para estes povos no Estado.

TERRAS INDÍGENAS EM MATO GROSSO DO SUL

Abaixo, veja a relação das atuais Terras Indígenas demarcadas e regularizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, segundo fontes da própria FUNAI.

Nome da Terra	Grupo Indígena	Município
Água Limpa	Terena	Rochedo
Aldeia Campestre	Guarani Kaiowa	Antonio João
Aldeia Limão Verde	Guarani Kaiowa	Amambai
Aldeinha	Terena	Anastácio
Amambai	Guarani Kaiowa	Amambai
Arroio Cora	Guarani Kaiowa	Paranhos
Buriti	Terena	Buriti e Sidrolândia
Buritinho	Guarani Kaiowa	Sidrolândia
Caarapó	Guarani Nhandeva e Kaiowa	Caarapó
Cachoeirinha	Terena	Miranda
Cerrito	Guarani Nhandeva	Eldorado
Cerro Marangatu	Guarani Kaiowa	Antonio João
Dourados	Terena, Guarani Kaiowa, Nhandeva	Dourados
Guaiambé	Guarani Kaiowa	Ponta Pora
Guasuti	Guarani Kaiowa	Aral Moreira
Guato	Guato	Corumbá
Gua-y-viri	Kaiowa	Ponta Pora
Guiraroka	Kaiowa	Caarapó
Jaguapire	Guarani Kaiowa	Tacuru
Jaguari	Guarani kaiowa	Amambai
Jarara	Guarani Kaiowa	Juti
Kadiweu	Kadiweu, Kinikinawa e Terena	Porto Murtinho
Kamba	Kamba	Corumbá
Km 20/Barrero Guasu	Guarani Kaiowa	Laguna Carapã
Kokue-i	Kaiowa	Ponta Pora
Lalima	Terena e Kinikinao	Miranda
Lima Campo	Guarani Kaiowa	Ponta Pora
Limão Verde	Terena	Aquidauana
Nioaque	Terena	Nioaque
N. S. de Fatima	Terena	Miranda
Ofaié	Ofaié	Brasilândia
Panambi	Guarani Kaiowa	Douradina
Panambizinho	Guarani Kaiowa	Dourados
Pilad Rebua	Terena	Miranda
Pirajuí	Guarani Nhandeva	Sete Quedas
Pirakua	Guarani Kaiowa	Bela Vista
Porto Lindo	Guarani Nhandeva	Novo Mundo
Potrero Guaçu	Guarani-Nhandeva	Paranhos
Rancho Jacaré	Guarani Kaiowa	Ponta Pora
Sassoro	Guarani Kaiowa	Tacuru
Sete Cerros	Guarani Kaiowa e Nhandeva	Cel. Sapucaia
Sombreiro	Guarani Nhandeva	Sete Quedas
Sucuriy	Guarani Kaiowa	Maracaju
Takuaraty/Yvykuarusu	Guarani Kaiowa	Paranhos
Taquapery	Guarani Kaiowa	Cel. Sapucaia
Taquara	Guarani Kaiowa	Juti
Taunay/Ipegue	Terena	Aquidauana
Urucuty	Kaiowa	Laguna Carapa

FONTE: http://www.funai.gov.br/mapas/fr_mapa_fundiario.htm

Este quadro é dinâmico, no sentido de que mudanças vem ocorrendo, com o aumento das demandas por recuperar parcelas do território perdido, o que tem ocasionado novos estudos antropológicos e novas redefinições quanto à quantidade e dimensão destas terras indígenas no Estado.

CAPÍTULO III

Povos Indígenas e a Diversidade Linguística

Diversidade cultural: plurilinguismo, línguas indígenas no Brasil e em Mato Grosso do Sul

Ilda de Souza²⁰

Introdução

Estuda-se na escola, em algum momento da História, que, quando Cabral desembarcou em terras brasileiras, encontrou a terra “descoberta” habitada. Havia uma população nativa, que os europeus denominaram índios. Os índios estão descritos na carta de Pero Vaz de Caminha, primeiro documento histórico escrito no e sobre o Brasil. Porém, esse fato é rapidamente apagado da memória de quem estuda, pois a ênfase dada ao “feito” leva o cérebro a colocar no canto dos conhecimentos irrelevantes as informações que não são reforçadas ou evidenciadas como importantes, na aula. Por isso, grande parte da população, ainda hoje, pensa o índio como elemento simbólico da história. Um indivíduo com uma tanga e um cocar de penas coloridas, e não como ser de existência real, como ser humano com direitos, deveres, problemas e sonhos, como qualquer cidadão brasileiro.

Com relação às línguas é a mesma coisa. Pensa-se que nosso país é monolíngue, que aqui só se fala uma língua: o português brasileiro com suas variações.

Mais do que um engano, esse pensar evidencia desconhecimento, descaso e pode até ser interpretado como preconceituoso, pois exclui, do quadro de nossa diversidade cultural e linguística, as línguas faladas por grupos considerados “minoritários” (pouco numerosos e de muito baixo poder político), como os povos indígenas, os estrangeiros, os afrodescendentes todos eles falantes de sua língua tradicional, além do português, língua oficial do país. Não se pode também ignorar a língua gestual dos surdos e o sistema Braille de escrita utilizado pelos cegos.

²⁰Doutora em Linguística pela UNICAMP. Pesquisadora do povo Kĩniquinau e membro do Grupo de Pesquisa (CNPq) “Antropologia, Diversidade Cultural e Educação Indígena”.

Endereço: hilda.msi@terra.com.br

Agradeço ao Prof. Dr. Angel Corbera Mori (Unicamp) e Dr^a. Maria Pankararu, pela leitura e sugestões para melhorar este texto. Qualquer falha é de minha responsabilidade.

Como se vê, somos um país plurilíngue, onde coexistem uma variedade de línguas que compõem um bonito mosaico no cenário lingüístico do Brasil. Esses falantes de diferentes línguas estão refletidos em nossa cultura, o que nos torna brasileiros, únicos, diferentes de outros povos, inclusive dos demais povos falantes de português.

Dados que constam em estudos de Rodrigues (2005) informam que aqui são faladas atualmente cerca de 180 línguas indígenas. Segundo Oliveira (2009), existe cerca de 30 comunidades de imigrantes e seus descendentes que continuam falando suas línguas de origem. Há também as línguas afrobrasileiras que são faladas nos quilombos, em rituais religiosos e a língua brasileira de sinais, LIBRAS, que é utilizada pelos surdos. Há que se lembrar ainda do sistema Braille, código tátil utilizado pelos cegos, para a escrita e leitura.

Este texto, de caráter etnolingüístico, tem o objetivo de apresentar o quadro das línguas indígenas brasileiras, com ênfase nas línguas faladas por povos de Mato Grosso do Sul. Pretendo mostrar o panorama das línguas e enfatizar a importância dos estudos lingüísticos como a descrição e a documentação delas para o conhecimento científico, para a preservação e a continuidade de uso. A maioria das línguas indígenas brasileiras encontra-se em risco de extinção. Sabemos que é possível evitar o desastre da morte dessas línguas, pois o natural é que elas se modifiquem, que se diversifiquem, que se transformem, porque como expressão e veículo da cultura de um povo, elas também são dinâmicas. A morte é um destino muito triste para as línguas e para os povos. Com a perda da língua, perde-se um pouco da história, da cultura, perde-se muito da auto-estima coletiva.

1. A pré-história das línguas indígenas brasileiras

Não se tem uma informação precisa sobre o início da povoação da América do Sul, mais precisamente das terras brasileiras. Porém, existem estudos que levam a uma idéia de quanto tempo faz que nosso solo é povoado.

Pesquisas arqueológicas realizadas em Lagoa Santa, Minas Gerais, resultaram na descoberta surpreendente de coleções de esqueletos humanos de mais de 10 mil anos.

Entre esses esqueletos está o crânio de uma mulher que tem cerca de 11.680 anos. O arqueólogo deu-lhe o nome de Luzia. O crânio e outros ossos de Luzia foram descobertos em 1975. Em 1999, uma equipe de pesquisadores da Universidade de Manchester, Inglaterra, fez a reconstituição do crânio e da face de Luzia, que está exposto no Museu Nacional do Rio de Janeiro (Carvalho, p. 2003).

Achados arqueológicos de pesquisas coordenadas por Niéde Guidon (coordenadora da Fundação Museu do Homem Americano e Universidade Federal de Pernambuco) apresentam evidências de presença humana em terras brasileiras que remontam a 60.000 anos.

Que línguas eram faladas por esses humanos que viveram aqui há milhares de anos? Que língua falava Luzia?

Na análise de Rodrigues (1999) 60 mil ou 12 mil anos foi bastante tempo para o povo conhecer, experimentar, escolher e ocupar o espaço mais adequado, adaptar-se com relação ao clima, à situação geográfica, às características ecológicas. O ambiente favorável certamente propiciou o aumento da população e, conseqüentemente, surgiram os conflitos que resultaram em divisões, distanciamento de grupos que foram se modificando, assumindo novos hábitos e atitudes, adquirindo outros conhecimentos, dividindo e distinguindo-se cada vez mais do grupo original. Mudanças são transformações que vão acontecendo sem que as pessoas se dêem conta e, elas ocorrem também na língua.

Uma característica universal das línguas naturais é que elas estão constantemente mudando, transformando-se e diversificando-se, principalmente quando na dispersão de grupos ocorre a aproximação de grupos de línguas diferentes. O contato entre línguas gera vários fenômenos em quase todos os níveis dos sistemas lingüísticos, o que pode resultar em variações, mudanças e até surgimento de uma outra língua, fenômenos que podem ter ocorrido com a língua de Luzia. Segundo Rodrigues (1999)²¹

Todos os componentes de uma língua - seu sistema de sons, seu sistema morfológico e sintático e seu vocabulário, assim como suas estratégias de construção do discurso - mudam no curso do tempo, em consequência de reajustes internos desses sistemas e devido a mudanças na cultura e organização social do povo que a fala e a influências de outras línguas com que ela entra em contato em determinadas circunstâncias. Isso pode explicar a quantidade e diversidade de línguas que já foram faladas no território brasileiro.

A título de ilustração bastante simplificada do que foi acima exposto, pode-se tomar o latim. Com as sucessivas invasões da Península Ibérica, grupos falantes da língua latina se dispersaram, entraram em contato com outros povos e o latim foi mudando, transformando-se, dando origem a uma família lingüística: espanhol, catalão, francês, italiano, português, romeno são membros dessa família. Por isso essas línguas são chamadas línguas neolatinas.

2. A chegada dos portugueses: problemas para as línguas dos nativos

Como é possível saber quantas línguas eram faladas no Brasil por ocasião da chegada dos portugueses?

No artigo “Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas”, Aryon Rodrigues (1993) apresenta o resultado de um estudo que fez por estimativa, com base científica, partindo de documentos (manuscritos) de jesuítas do século XVI.

²¹Conferência feita na inauguração do Laboratório de Línguas Indígenas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, em 8 de julho de 1999. http://vsites.unb.br/ilali/publicacoes/publ_001.html

De acordo com esse estudo, cerca de 1200 línguas indígenas eram faladas aqui. A população era de cerca de 5 milhões de habitantes indígenas.

Estima-se, que desde a chegada dos portugueses houve a perda de 1.000 línguas, o que representa 85% das línguas existentes no território brasileiro no século XVI, informa Rodrigues (1999). Segundo o autor, a morte continuada de cerca de 1000 línguas em 500 anos (a uma média de duas línguas por ano) estendeu-se ao longo do período colonial, do período imperial e no período republicano, num contínuo sucessivo de silenciamentos sem possibilidades de recuperação. Nessa enorme perda quantitativa que implicou também em grande perda qualitativa, perdeu-se a oportunidade de conhecer línguas com propriedades exclusivas, que hoje ajudariam muito na reconstituição dos troncos e famílias linguísticas. Essas línguas desapareceram sem deixar vestígios. Provavelmente algumas famílias linguísticas inteiras deixaram de existir (Rodrigues, 1999). Com tudo isso, dificilmente se descobrirá que língua falava Luzia.

Sabemos da existência de dinossauros e de Luzia em terras brasileiras, porque eles deixaram vestígios. Mas a língua que morre ágrafa, não deixa vestígio, não há como recuperá-la.

De acordo com outra importante pesquisadora e estudiosa das línguas indígenas brasileiras, Lucy Seki (2000), os primeiros colonizadores tiveram contato apenas com os povos tupi, que ocupavam grande extensão da costa atlântica brasileira. O tupi foi a primeira língua conhecida e estudada pelos portugueses (jesuítas), com finalidades práticas como estabelecer comunicação com os nativos e também para facilitar a catequese, interesse maior dos jesuítas. Com esses objetivos, o padre José de Anchieta publicou, em 1595, uma gramática do tupi. Teixeira (1995) cita também a tradução de textos como as orações: credo, pai-nosso e ave-maria. Em 1621, o padre Luis Figueira também publicou uma gramática da língua tupi.

Rodrigues (2005) menciona a publicação da gramática kiriri, por Luis Vicêncio Mamiani, em 1699 e a gramática da língua dos maramonin ou guarulhos, escrita por Viegas, com a ajuda do padre Anchieta. Essas gramáticas foram reeditadas posteriormente, no século XIX.

Para Seki (2000), a ênfase no estudo e nos registros sobre o tupi tornou as demais línguas invisíveis por trezentos anos. A partir do século XIX, algumas outras línguas começaram a ganhar visibilidade através de estudos de missionários e estudiosos (geógrafos, naturalistas, etnólogos, historiadores) que, em contato direto com vários outros povos indígenas, além do tupi, registraram informações sobre as línguas. Esses registros, apesar de não terem como finalidade específica o estudo linguístico, de tratarem apenas de listas de palavras, transcrições precárias e algumas tentativas de descrição de aspectos da gramática, contribuíram para os estudos comparativos, cujas análises permitiram a primeira classificação das línguas brasileiras em troncos linguísticos e famílias.²²

²²Os conceitos de tronco e de família linguística serão apresentados mais adiante, neste texto.

3. Línguas Indígenas brasileiras no século XXI

A redução de 1200 para 180 línguas indígenas nos últimos 500 anos foi o efeito de um processo colonizador extremamente violento e continuado, o qual ainda perdura, não tendo sido interrompido nem com a independência política do país no início do século XIX, nem com a instauração do regime republicano no final desse mesmo século, nem ainda com a promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988 (Rodrigues, 1999). Embora esta tenha sido a primeira carta magna a reconhecer direitos fundamentais dos povos indígenas, inclusive direitos linguísticos, as relações entre a sociedade majoritária e as minorias indígenas pouco mudaram. Mas, como a resistência é uma característica histórica do “ser brasileiro”, Seki enfatiza que

Ainda que o processo de colonização tenha sido devastador para os povos nativos, apesar dos 500 anos de penoso contato, violências e discriminações, sobreviveram mais de duzentos povos indígenas, com suas crenças, costumes, organização social e visão de mundo próprios, falantes de cerca de 180 distintas línguas. (Seki, 2000, p. 234)

Se, por um lado, essa resistência dos povos indígenas nos redime um pouco, por outro, impõe-nos uma responsabilidade maior, pois hoje somos conhecedores e conscientes da importância da preservação do que ainda resta dessa riqueza cultural, e sabemos que a preservação e revitalização não são tarefas fáceis.

No plano mundial tem-se considerado que hoje qualquer língua falada por menos de 100 mil pessoas tem sua sobrevivência ameaçada e necessita de especial atenção. Todas as línguas indígenas no Brasil têm menos de 40 mil falantes, sendo que a mais forte, a tikuna, falada no alto Solimões, apenas ultrapassa a marca de 30 mil. O aspecto mais grave está, porém, no outro lado do espectro demográfico, nas línguas infimamente minoritárias, com populações que não vão além de mil pessoas. Essa é a situação de três quartos (76%) das nossas línguas indígenas e significa que é tarefa de alta prioridade e urgência a pesquisa científica que visa à documentação, análise, classificação e interpretação teórica dessas línguas, que em sua grande maioria só existem aqui. Igualmente prioritária é a promoção de ações que visem a assegurar aos povos indígenas as condições necessárias para continuar transmitindo suas línguas às novas gerações. (Rodrigues, 2005, p. 36)

A população indígena atual, de acordo com dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/ 2000 é de 734.000 índios, sendo que a maior parte dessa população encontra-se nas regiões Norte e Centro-Oeste. O número dos povos indígenas no Brasil de hoje é de cerca de 220 etnias. São apenas 180 as línguas, porque alguns povos falam a mesma língua ou uma variação de uma língua politicamente mais forte.²³

²³Esses dados censitários encontram-se no prefácio do livro da coleção “Educação para todos” (MEC), escrito por Jersen dos Santos Luciano – Baniwa, (Luciano, 2006). Ver bibliografia.

Em meio a essa diversidade, apenas 11 línguas têm acima de cinco mil falantes: Baniwa, Guajajara, Kaingang, Kayapó, Makuxi, Sateré-mawé, Terena, Ticuna, Xavante, Yanomami e Guarani. Em contrapartida, cerca de 110 línguas contam com menos de 400 falantes (Seki, 1999). As demais são línguas em adiantado processo de extinção. São línguas obsoletas. Não são faladas cotidianamente por falta de interlocutores. Estão guardadas na mente de pessoas mais idosas que raramente têm oportunidade de usá-las (Luciano, 2006).

4. As línguas indígenas faladas ainda hoje no Brasil

As línguas existentes no mundo são geralmente agrupadas em famílias, tendo como base as evidências lingüísticas de caráter genético. Esses agrupamentos genéticos de línguas, então, são grupos de línguas que têm sua origem em uma mesma língua, que é denominada protolíngua. Assim, dá-se o nome de família lingüística ao conjunto de línguas que têm uma mesma origem, isto é, são geneticamente originárias de uma mesma protolíngua. Uma das formas de verificar se há parentesco entre as línguas, é procurando nelas as evidências lingüísticas, os traços de semelhança, ou seja, elementos da língua que são comuns a duas, três ou um grupo de línguas, como por exemplo, as palavras cognatas (parecidas ou que tenham a mesma raiz). Existem cognatas entre as línguas portuguesa, espanhola, italiana, que levam a concluir tratam-se de línguas de uma mesma família. A protolíngua é filiada a um tronco. O latim vem do tronco indoeuropeu. Assim, nós falamos o português, que tem como protolíngua o latim, que vem do tronco indoeuropeu. Com as línguas indígenas é a mesma coisa.

Os quadros que seguem apresentam a língua, sua filiação (família e tronco), a localização do povo e o número da população. Não foi possível incluir o número de falantes, pois não foram encontrados dados estatísticos sobre falantes da maioria delas. O que se sabe, pela bibliografia consultada, é que o número de falantes vem diminuindo em ritmo muito acelerado e que trabalhos de descrição e documentação dessas línguas são uma “necessidade urgente urgentíssima”, usando as palavras de Aryon Rodrigues. Mesmo que o número populacional de algum povo indígena seja confortável, o número de falantes nem sempre é proporcional.

As línguas se distribuem por cinco grandes grupos: Tronco Tupi, Tronco Macro-Jê, Família Karib, Família Aruak, Família Pano; havendo ainda nove outras famílias menores e dez Isolados lingüísticos. (Seki, 1999, p. 3)

5. O papel da linguística e dos linguistas

Conforme foi exposto anteriormente, logo nos primeiros cem anos do descobrimento do Brasil, uma gramática da língua tupi foi elaborada pelo jesuíta padre José de Anchieta. Porém, apesar da importância dessa gramática para os estudos lingüísticos das línguas indígenas brasileiras que bem mais tarde se iniciaria, a intenção primeira do jesuíta não era fazer um estudo descritivo da

língua e sim sistematizar o conhecimento que adquiriu sobre a língua para facilitar a comunicação e a catequese. Vários outros registros sobre as línguas foram feitos, também sem o rigor da ciência, como os dados coletados por Marechal Rondon e outros profissionais não-linguistas e todos esses trabalhos de coleta de listas de palavras e anotações sobre algumas formas de uso das línguas foram bem aproveitados posteriormente pelos linguistas.

Repito essas informações aqui para ilustrar o fato de que as línguas sempre foram objetos da curiosidade de estudiosos em geral, não apenas de linguistas. Mesmo sabendo-se que a língua não é o único fator de identidade étnica de um povo, é importantíssimo que ela seja mantida e praticada pelos seus falantes, pois ela ajuda a preservar muitos traços da cultura e, principalmente, ajuda a manter a auto-estima coletiva.

No Brasil, em 1960, uma disciplina ministrada por Mattoso Câmara Jr, no departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em um programa de pós-graduação para etnólogos “O método linguístico e sua aplicação ao estudo das línguas indígenas”, resultou na publicação do livro “introdução às línguas indígenas brasileiras”.²⁴

O curso teve a participação de linguistas do *Summer Institute of Linguistics (SIL)*, com o qual o Museu Nacional tinha convênio. As ações propostas pelo Summer eram a descrição das línguas indígenas, a classificação genética e a confecção de dicionários, além da capacitação de pesquisadores brasileiros para esse trabalho. Porém, tratava-se de uma missão cristã-evangélica de caráter acadêmico que, posteriormente, acabou gerando questionamentos e algumas polêmicas no meio científico. Apesar das divergências que resultaram no fim do convênio, não se pode negar as importantes contribuições de alguns estudiosos do Summer no desenvolvimento de trabalhos lingüísticos com algumas línguas indígenas brasileiras. No Mato Grosso do Sul, a língua terena conta com muito boa descrição, com vários trabalhos publicados sobre aspectos da gramática da língua e também material para uso didático, produzidos por integrantes do SIL.²⁵ As línguas ofayé e kadiwéu possuem descrições fragmentadas de aspectos da gramática e vocabulário produzidos por missionários do SIL que ainda são utilizados como material de pesquisa sobre essas línguas.

Os linguistas têm se dedicado a fazer a descrição científica das línguas, produzindo importantes bancos de dados para estudos teóricos, estudos comparativos, classificatórios e de documentação. Atualmente essa tem sido a preocupação maior dos linguistas, ou seja, a documentação das línguas indígenas, principalmente as mais ameaçadas de extinção.

Como vimos anteriormente, nos quadros demonstrativos das línguas indígenas que acredita-se ainda faladas no Brasil, a maioria está filiada a uma família e a um tronco lingüístico. Analisando os quadros, é possível verificar também que há

²⁴Para maior informação, ver bibliografia ao final do texto.

²⁵Para maior conhecimento, ver bibliografia no final do texto.

uma grande quantidade de línguas soltas, não vinculadas a uma família e, famílias, como Aruak, Guaicuru e outras famílias que não estão filiadas a um tronco.

Para verificar a relação de línguas e famílias lingüísticas em troncos é necessário ter reconstruções internas muito bem feitas sobre essas línguas e essas famílias linguísticas, e ver se há alguma relação entre elas. Ainda faltam muitos estudos de descrição das línguas indígenas no Brasil. Por isso, só o Tronco Tupi está bem estabelecido e, em certa forma, o Macro-Jê.

6. Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul e suas línguas

Em Mato Grosso do Sul encontram-se dois dos povos indígenas mais numerosos do país: o Guarani e o Terena, além de outros 6 povos quantitativamente menores. Por isso, o estado é o segundo em população indígena. Essa população é invisível aos olhos de grande parte da sociedade do Estado.

Os Terena, principalmente, transitam pelas ruas das cidades, frequentam *shopping center*, cinema, universidades. Porém, quando se trata de mostrar a turistas e divulgar a imagem de um estado “indígena”, os índios são ainda retratados de tanga e cocar de penas coloridas em estampas de camisetas e objetos.

Em Campo Grande, há uma aldeia oficialmente reconhecida como espaço indígena, onde a maioria dos moradores é da etnia terena, a aldeia urbana Marçal de Souza. Além desse bairro, mais dois estão se formando com população indígena guarani e outros, na região norte da cidade. Em outras cidades do interior do estado, como Dourados, Aquidauana, Corumbá a população indígena também é expressiva, sem dados numéricos, mas uma realidade crescente.

POVOS INDÍGENAS DE MATO GROSSO DO SUL E SUAS LÍNGUAS

Língua	Família	Tronco	Localização	População
Atikun (†) ²⁶	Cariri	Macro-jê	Nioaque	120
Guarani / Kaiová, Nhandéva	Tupi-guarani	Tupi	Dourados e vários municípios do sul e sudoeste do estado	27 200 ISA/08
Guató	Guató	Macro-jê	Ilha Ínsua (Corumbá)	180
Kadiwéu	Guaicuru		Porto Murtinho Bodoquena	1.629
Kamba (?)	?	?	Corumbá	300
Kinikinau	Aruak		P. Murtinho Bonito e Miranda	250
Ofaié	Ofayé	Macro-jê	Brasilândia	61
Terena	Aruak		Aquidauana, Miranda outros municípios na parte central do estado (Dourados)	24.776 (Funasa, 2009)

6.1 O povo Guarani

A população guarani é uma das mais numerosas do Brasil. Representados em três subgrupos (Kaiová, Mbyá e Nhandéva), os Guarani estão presentes nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul.

Os Kaiowá (paï-tavyetrã) se fixaram ao sul e centro de Mato Grosso do Sul. Quanto aos Nhandéva, parte fixou-se ao sul deste estado, parte rumou para São Paulo e parte para o norte do Paraná. Os Mbyá rumaram todos para os vários outros estados acima citados.

Os povos guarani e Kaiowá do Estado de Mato Grosso do Sul estão distribuídos em várias aldeias na região da grande Dourados e outros municípios do sul e sudoeste do estado, o que não significa que sejam possuidores dessa grande extensão de terra. Ao contrário. A população guarani, neste estado, é estimada em mais de 28 mil habitantes. Hoje são mais conhecidos pela luta que têm empreendido bravamente com fazendeiros e com o governo estadual, pela demarcação de suas terras, pela posse de seu território tradicional. São também conhecidos pelas evidências manifestas da situação de miséria que a desterritorialização de povos de essência rural acarreta, ou seja, desnutrição das crianças, marginalidade e revolta, estampadas com frequência nas mídias do estado. Nesta história triste de perdas e de mortes não estão os Guarani/ Nhandéva e os Mbyá que habitam em outras regiões fora de MS.

Com o aumento expressivo da população guarani e Kaiowá, a expansão descontrolada de domínio dos fazendeiros e a expansão dos espaços urbanos aproximando-se muito de aldeias ao longo das últimas décadas, surgiu a grande e insustentável questão da terra, que tem levado à evasão de indígenas para assentamentos e para os centros urbanos. Essa é uma realidade que tem exposto muitos indígenas a situação de extrema pressão social e cultural, situação que gera muitos problemas como a miséria e todas as consequências associadas a ela. O território não mais comporta toda a população. O pouco espaço territorial gera muitos conflitos internos, além dos externos, obrigando famílias a abandonarem a aldeia em busca de uma vida mais digna, o que dificilmente encontram.

A língua guarani é muito bem descrita, na avaliação dos pesquisadores da área. Está bem situada em uma família, a Tupi-Guarani e a um tronco, o tronco Tupi. Existem boas descrições do guarani em suas variações (Kaiowá, Mbyá e Nhandeva).

Um dos trabalhos mais recentes sobre o Kaiowá é a tese de Cardoso (2008), na qual a autora apresenta, além da descrição de aspectos morfosintáticos da gramática da língua, as publicações mais relevantes sobre a língua guarani desde os mais remotos estudos.

Segundo essa pesquisadora, os primeiros estudos sobre a língua guarani são os do missionário Antônio Ruiz de Montoya: “Tesoro de la lengua Guarani” e “Arte y vocabulario de la lengua guarani” de 1639 e 1640, respectivamente. A autora afirma que o Guarani da época das missões jesuíticas foi usado como língua geral até o século XVIII, por grande parte dos espanhóis no Paraguai e também no sul do Brasil e, que muitos outros trabalhos de descrição foram publicados desde então sobre o Guarani antigo, com destaque para os estudos de Meliá.²⁸

Há muitos falantes da língua Guarani, pois ela continua sendo repassada às crianças como língua materna em vários grupos do Mato Grosso do Sul, o que não a livra do risco da extinção, pois a urbanização já referida anteriormente e o contato com a sociedade envolvente é uma ameaça sempre real a ser monitorada através de trabalhos constantes de estudo e conscientização, de incentivo e de prática do uso da língua em todas as situações da vida das famílias, sejam rurais ou urbanas.

Com relação à educação, muitos guarani já concluíram o Ensino Fundamental. Quanto ao Ensino Médio, o curso da Secretaria Estadual de Educação “Ára Verá” forma professores para as séries iniciais e, a Universidade Federal da Grande Dourados criou em 2006 o curso de Licenciatura Indígena (intercultural) que atende, principalmente aos Nhandéva e Kaiowá.

Ainda sobre estudos lingüísticos da língua guarani, Cardoso (2008) cita as contribuições de missionários do SIL, Bridgeman, Harrison e Taylor, de 1958 a 1997.

Os Nhandéva e Kaiowá contam com produções de textos didáticos nas línguas e ainda com gramática e dicionário para uso pedagógico.

Os três subgrupos revelam vigorosa energia em manter sua língua viva e nada indica que isto tenda a arrefecer, mesmo em situações de alto grau de escolarização e de relações interétnicas. A língua, ou, melhor, a palavra, para os Guarani da atualidade assume relevância cosmológica e religiosa, representando importante elemento na elaboração da identidade étnica. (Almeida, 2009)²⁹

6.2 Os Guató

De acordo com o Instituto Socioambiental, o nome dos índios guató aparece pela primeira vez na literatura em escritos do explorador espanhol Alvarez Núñez Cabeza de Vaca, no século XVI. Segundo Oliveira (1996), a grafia do nome aparece na literatura de diversas formas (*guataes, guatás, guathós, guatos, guatòs, goatos, guattos e guatues*).

Povo outrora numeroso ocupava grande extensão de terra à beira do rio Paraguai e em ilhas do pantanal. Os Guató sempre foram reconhecidos como índios pantaneiros, senhores das águas. A partir da metade do século XX, com a invasão dos criadores de gado que o soltavam nas roças dos índios, promovendo a destruição de suas lavouras, os Guató foram recuando, fugindo ainda dos comerciantes de peles, migraram de seus territórios tradicionais para lugares mais seguros do pantanal e também para a periferia de cidades próximas, como Corumbá, Ladário, Cáceres e Poconé. A dispersão levou o órgão oficial indigenista da união e pesquisadores como Darcy Ribeiro a considerá-los extintos. Cerca de três décadas mais tarde, famílias foram identificadas nos arredores de Corumbá e reconduzidas à ilha Ínsua. Pouco a pouco o grupo se reorganizou e conseguiu reaver parte do território.

Atualmente a população guató na ilha é de cerca de 180 habitantes. Dos que moram fora da ilha e das outras aldeias do vizinho estado de Mato Grosso não temos informações atualizadas.

A ilha está situada a aproximadamente 370 quilômetros de Corumbá e o acesso só pode ser feito por via aérea, com pouso na base militar de Porto Índio, de onde ainda se pega um barco e navega por mais 45 minutos até chegar à aldeia. Ou pode-se ir de barco, com previsão de até 30 horas de viagem a partir de Corumbá. Os Guató são o povo mais isolado do Estado de Mato Grosso do Sul.

De acordo com informações do Instituto Socioambiental, atualizadas em

2008, existem outros grupos Guató em Mato Grosso, nos municípios de Barão de Melgaço e Poconé, na Terra Indígena Baía dos Guató, em duas aldeias: Aterrado do Bananal e Aterro São Benedito e, um outro grupo próximo a Cáceres.

A população Guató, como ocorre com grande parte dos povos indígenas no Brasil é difícil de ser quantificada, ou seja, de se conseguir números precisos quanto à sua população atual.

A Ilha Ínsua está situada no município de Corumbá, Pantanal de Mato Grosso do Sul. Faz divisa com o estado de Mato Grosso e com a Bolívia. O Território Indígena possui uma área correspondente a 12.716 ha.

A língua guató foi classificada por Aryon Rodrigues (1970) como pertencente ao tronco Macro-Jê e família guató. Mais tarde, Palácio (1984) confirmou essa informação com sua tese de doutoramento.

Apesar da situação de obsolescência da língua, devido às décadas de dispersão do povo e da necessidade de uso diário do português no convívio com não-índios, os Guató hoje lutam para reavivá-la, para estimular crianças e jovens a estudá-la e a desejar sua fluência. Para isso, professores usam a sala de aula como espaço privilegiado de prática da língua. Com a colaboração dos idosos que ainda são capazes de fazer uso dela, os alunos já construíram um pequeno glossário e colecionam frases de uso mais cotidiano. Os professores são cursistas do Curso de formação para o Magistério Indígena “Povos do Pantanal”, da Secretaria de Estado de Educação e demonstram muito interesse em aprender e ensinar a língua de seus antepassados.

6.3 Os Kadiwéu

Kadiwéu é um dos povos indígenas mais conhecidos e facilmente identificáveis do estado e do país, porque produz uma das mais belas cerâmicas e por ter sido imortalizado em uma tela (pintura) de Debret (Carga de cavalaria Guaikurú), assim como suas pinturas corporais e formas geométricas, estudadas por antropólogos como Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro.

Os Kadiwéu são remanescentes da nação Mbayá (Guaicuru). Sanchez Labrador, que entrou em contato com esses índios no Chaco paraguaio em 1760, afirma que os Mbayá foram os primeiros povos indígenas a reagir contra a dominação dos europeus, no Chaco, em 1661 (cf. Sandalo, 1997, p. 7). Impressionado com a natureza bélica desses índios e, também com as peculiaridades de sua cultura, Sanchez Labrador dedicou a maior parte de seus registros e de seu trabalho missionário a eles. Elaborou uma gramática da língua Guaicuru e os textos sobre a história e etnografia desses indígenas resultaram em dois volumes mais tarde publicados.

A língua Kadiwéu pertence à família Guaicuru. É considerada uma das línguas indígenas bem descritas pelos lingüistas da área. Filomena Sandalo, pesquisadora da Unicamp, tem se dedicado ao estudo da língua Kadiwéu há mais de uma década e seus estudos já resultaram em uma tese de doutorado,

realizado no MIT (Massachusetts Institute of Technology), descrevendo a gramática da língua. Sandalo tem ainda se dedicado ao estudo e pesquisa e publicado vários artigos científicos que mostram o aprofundamento de suas reflexões sobre a gramática da língua, além de um dicionário (em andamento) e orientações a estudantes de Pós-Graduação que ela estimula a se dedicar ao estudo do povo e língua Kadiwéu.

Entre as línguas indígenas brasileiras, o kadiwéu está em uma situação privilegiada, uma vez que já conta com um número significativo de publicações. Dentre elas consta uma gramática acadêmica elaborada por Sandalo (1995/1997), que inclui aspectos da fonologia, morfologia e sintaxe, com destaque para verbos seriais e estrutura argumental, além de um breve dicionário. Além disso, Sandalo (1996) discute diferenças fonológicas entre homens e mulheres nobres. (Seki, 2000)

A língua conta ainda com trabalhos de Griffiths & Griffiths (1976) artigos sobre aspectos da morfologia de nomes e vocabulário com nomes e frases; Griffiths (1986, 2002) descrições de aspectos gramaticais como demonstrativos, numerais, frases interrogativas, ordem dos constituintes; Braggio (1981) dissertação de mestrado sobre aspectos da fonologia e morfologia kadiwéu.

A sociedade kadiwéu já foi altamente estratificada e ainda preserva marcas dessa estratificação. Os nobres e os chefes ocupam a posição mais alta na hierarquia. Porém o *status* de nobreza é hereditário (linhagem), (SÂNDALO, 1997); já o chefe (influência do não-índio) recebe o título e a incumbência para administrar os interesses do povo, principalmente fora da aldeia, em caráter temporário. Os nobres são consultados, quando a situação é mais complicada, mas não têm poder decisório, pois existe um conselho formado por chefes, guerreiros ilustres e anciãos para discutir e resolver as questões mais importantes.

A estratificação tem reflexo na língua. A língua kadiwéu apresenta uma variação de gênero entre os nobres, isto é, há uma diferença entre a fala do homem e a fala da mulher. Veja exemplos:

- a) iGeladi subst. casa, lar (fala do homem)
aGe-eeladi subst. casa, lar (fala da mulher)
- b) apaGalatoGo adv. sorte, ainda bem (fala do homem)
a-aapaGalatoGo adv. sorte, ainda bem (fala da mulher)
- c) eemoda v. estado eu sou (atitude humilde) eu sou apenas (fala do homem)
e-eeyo v. estado eu sou (atitude humilde) eu sou apenas (fala da mulher)
- d) acipe vi, VT. tomar ou beber (fala do homem)
a-aaka vi, VT. tomar ou beber (fala da mulher)

Como se pode perceber, a diferença entre a fala da mulher e a fala do homem é principalmente fonética, como ocorre em “a” e “b”, porém pode ser lexical, como nos exemplos “c” e “d”.

6.4 KAMBA

Os Kamba, considerados por alguns como mestiços de colonizadores com indígenas do oriente boliviano, segundo relatos, vieram da Bolívia, fixaram moradia nas imediações da cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul há aproximadamente cinco décadas. Atualmente, a população é estimada em 300 habitantes, segundo Cabral (2002). Esse povo luta pelo seu reconhecimento como povo indígena, junto aos órgãos oficiais, Funai e Funasa.

Não foram encontrados dados sobre a língua ou aspectos culturais. Por ser um povo ainda recente no estado, não há estudos, pelo menos disponíveis ou acessíveis para pesquisa, com exceção da tese de doutorado do professor Giovane José da Silva (a presença kamba-chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia), na UFG, 2009.

6.5 KINIKINAU

Os kinikinau são índios Chané (Guaná), parentes dos Terena, um dos povos indígenas mais numerosos do país, e também dos Layana, considerados extintos, porém com alguns raros representantes ainda vivos, entre os Terena e os Kinikinau e mais o (+)Exoaladi.³⁰

Em meados do século XX os Kinikinau foram dados como extintos por Darcy Ribeiro e depois por seus seguidores. Ainda hoje, é possível encontrar artigos, dissertações e teses que omitem a existência dos Kinikinau, quando se referem aos subgrupos Chané (Guaná), referindo-se aos Terena como únicos remanescentes Guaná.

O povo Terena, único subgrupo remanescente da nação Guaná no Brasil, pertence ao tronco lingüístico Aruak. A historiografia nos informa que os Terena são um dos sub-grupos Guaná. Esse povo, através de sucessivas levadas migratórias, que se intensificaram em meados do século XVIII, cruzou o rio Paraguai em direção ao atual Estado de Mato Grosso do Sul, provenientes do Chaco paraguaio/boliviano, região mítica chamada de Êxiva na história oral Terena. Faziam também parte destes Guaná (chamados pelos cronistas de Xané) os Layana, Kinikinau e Exoaladi, hoje todos reconhecidos sob a identidade genérica de Terena (Ladeira, 1999, p. 1)

Tal equívoco não ocorre sem motivação. O Kinikinau, além de um grupo muito reduzido, vive em uma terra kadiwéu, num espaço multiétnico, onde dividem um pequeno espaço territorial com Terena, Kadiwéu e não-índios. Dado como extinto, ficou na invisibilidade durante quase todo o século XX. O Exoaladi, também denominado “Guaná”, foi dado como extinto desde o final da Guerra da Tríplice Aliança e nunca mais se teve notícia sobre esse grupo. Quanto aos Layana, também dados como extintos, depois da Guerra não conseguiram mais se organizar como grupo, diluíram-se entre os Terena, Kinikinau e os não-índios, porém sempre se tem notícia de um ou outro Layana.

Devido ao difícil acesso a centros urbanos e ao pouco tempo de existência de uma escola com Ensino Fundamental completo e agora também Ensino Médio, não há kinikinau que tenha estudado além do Ensino Médio, exceto um

professor da aldeia São João que cursou dois anos do curso de Graduação em Letras na Universidade Estadual, unidade de Jardim, mas teve de abandonar o curso por problemas financeiros. A aldeia está na jurisdição do município de Porto Murtinho, que fica a 200 quilômetros de distância. Os Kinikinau não só ficaram invisíveis, como esquecidos.

A comunicação na aldeia é de longo tempo em língua portuguesa, não só pelo fato de haver povos de línguas diferentes (Kinikinau, Kadiwéu, Terena e não-índios), mas porque as famílias que foram conduzidas para a aldeia São João, em geral, já possuíam um histórico de dispersão do grupo original, de perdas culturais significativas. Os poucos indígenas que ainda falam sua língua tradicional na aldeia não tem feito o repasse dela para as gerações atuais.

A língua kinikinau, em particular, encontra-se em estágio muito avançado de extinção, contando com 11 falantes proficientes e alguns falantes passivos ou semi-falantes. Nos dois últimos anos o fantasma da extinção surgiu mais implacável entre o povo Kinikinau, com a saída da aldeia de famílias muito importantes na luta pela continuidade de práticas culturais e de uso da língua, motivadas por conflitos que, no fundo, tem tudo a ver com a questão territorial.

Os Kinikinau são povos *akoti poke'e sem terra*. O fato de viverem em uma terra indígena alheia, de favor do povo que sempre foi (historicamente) dominador, hoje, constitui um problema de grande pressão cultural, social e também política, com a luta pela liderança.

A falante mais comprometida com as práticas das atividades culturais e, principalmente, com o uso cotidiano da língua kinikinau com a família e com outros kinikinau da aldeia, a pessoa mais influente, mais procurada como referência da cultura Kinikinau, principal colaboradora (informante da língua) em minha pesquisa do doutorado, mudou-se da aldeia São João para um assentamento de índios Terena, no município de Miranda, denominado "assentamento Mãe-Terra", com outros membros de sua numerosa família, na esperança de conseguir, mais de cem anos depois, voltar para o território tradicional de seus antepassados. Dona Zeferina perdeu a referência exata do ano de seu nascimento, devido a várias mudanças em seus documentos de identificação, mas sabe que já passou bastante dos 70 anos. Mas continua na luta incansável pela herança que quer deixar para os filhos, netos e bisnetos, que já são muitos.

Há dois anos chegou a eletricidade na aldeia e, com ela, o desejo de possuir os bens que essa novidade pode oferecer e que conheciam apenas de longe, nas vitrines das lojas da cidade de Bonito, onde vão, não com tanta frequência devido à dificuldade de acesso. Hoje, há televisão em pelo menos quatro casas, onde vizinhos e parentes se reúnem para assistirem aos programas e a jogos de futebol.

Esses fatores não são causas, mas influenciam no comportamento que pode levar ao silenciamento definitivo da língua.

A língua kinikinau pertence à família Aruak. Embora partilhe o mesmo vocabulário com a língua terena, os Kinikinau escreveram uma outra história de

vida, de lutas e perdas, de contatos, de dispersão, de abandono, de invisibilidade, de simbiose cultural com povo de língua muito diferente, que é o kadiwéu ... É natural que não falem a mesmíssima língua e eles são veementes ao apontarem diferenças que constatei em minha pesquisa, que vão além do campo da fonética e do léxico. A língua kinikinau é uma variação de um protochané, como o terena, o layana. Só estudos descritivos mais aprofundados poderão esclarecer esse parentesco e as diferenças resultantes de Contatos. Trabalho para mais lingüistas.

Apesar de ter afirmado, em minha tese, Souza (2008) que não há falante monolíngue em kinikinau, descobri depois uma senhora, recentemente de mais de 70 anos de idade, que mora sozinha e que fala apenas a língua kinikinau. O fato de estar meio isolada e de não praticar a interlocução no dia a dia, os falantes da aldeia acreditam que ela possa ter preservado uma variação arcaica da língua. Porém, ao ouvi-la, em uma situação bastante complicada, pelo fato de ela não receber estranhos, formulei uma outra hipótese, porque me pareceu que essa falante tem problema físico que pode estar influenciando na fala. Essas hipóteses dificilmente poderão ser testadas, porque ela não atende a porta, senão para uma pessoa muito familiar.

É provável que existam falantes de kinikinau fora da aldeia, pois muitas famílias saíram da aldeia São João devido a desentendimentos com algumas famílias kadiwéu. Só uma pesquisa mais abrangente poderá confirmar essa hipótese.

O papel social da língua kinikinau hoje está basicamente relacionado com a necessidade de reafirmação da identidade étnica. Falar a língua, ensiná-la e estudá-la faz parte do projeto de resgate cultural, da manifestação da ancestralidade ou do pouco que restou dela. Considerando que a cultura não é uma coisa estática, fossilizada na memória e nos rituais de um povo, mas sim uma ação dinâmica que se renova, pode-se dizer que eles estão re-construindo sua identidade étnica e a língua é só mais um componente dela. (Souza, 2008, p. 42).

O primeiro registro sobre a gramática da língua kinikinau foi o de Souza (2008), ainda não publicado, mas acessível em *sites* na internet. Outros estudos são de Silva (2003), na área de história antropológica e outro de Oliveira e Alves (2005), com algumas informações sobre o povo e alguma referência sobre a língua.

6.6 OFAYÉ

De acordo com a pesquisa bibliográfica feita por Dutra (2004), até o final do século XIX os Ofayé dominavam uma grande extensão de terra e conheciam cada palmo das beiradas dos rios por onde andavam, por serem nômades (coletores e pescadores) e pelas perseguições, muito comuns entre os povos indígenas rivais. As análises das movimentações desse povo mostram que houve uma divisão em pequenos grupos, que tomaram rumos diferentes, para as regiões de Aquidauana, Bataiporã, para a região dos rios Ivinhema e Anhanduí até para as margens do rio Tietê, no Estado de São Paulo. Dispersos, foram dados como extintos a partir de meados do século passado.

Os ofayé são conhecidos também pela denominação Ofayé-Xavante.

OFAYÉ-XAVANTE?

Ofayé é autodenominação, o nome como eles mesmos se denominam. Entretanto, como viviam em uma região do Centro-Oeste habitada pelos índios Xavante, os sertanejos em geral estendiam essa denominação a todos os diferentes povos indígenas que ocupavam a região, fato que resultou em vários equívocos na literatura. O primeiro estudioso a tentar esclarecer a distinção entre esses povos foi Nimuendaju (Nimuendajú, 1993) e mais tarde Darcy Ribeiro (Ribeiro, 1951).

Loukotka (1939) classifica a língua Ofayé como pertencente a um grupo isolado com intrusões de Jê. Nimuendajú (1993) endossa a análise de Loukotka. Gudschinsky (1950) descreveu a fonologia da língua, bem como aspectos da morfologia, e a classificou como pertencente a família lingüística Jê. Por fim, o pesquisador Aryon Rodrigues, um dos mais respeitados estudiosos das línguas indígenas do Brasil, em 2000 concluiu que a língua pertence ao tronco Macro-Jê, e a família é Ofayé. Os estudos anteriores de (Loukotka, 1931), Nimuendaju (1932), Gudschinsky (1950) entre outros, contribuíram para a conclusão de Rodrigues (2000) que pôs fim à polêmica sobre a classificação.

Segundo Borgonha (2006), o primeiro registro sobre a língua ofayé data de 1901, feito pelo botânico e etnógrafo tcheco Alberto Vojtech Fric.

Gudschinsky (1966) informa que Nimuendaju registrou um vocabulário ofayé com 300 palavras em 1909, Weickhmann (1928), Malan (1929) e Manizer (1934) também registraram alguns dados sobre a língua. Foram publicados trabalhos antropológicos como os de Freundt (1947), Lane (1938), Nimuendaju (1932) e Ribeiro (1951). Mais uma lista de palavras foi apresentada por Wanda Hanke em 1964.

Saiba mais



Alguns trabalhos mais recentes sobre a língua, cultura e história dos Ofayé estão disponíveis em bibliotecas e sites que cito na bibliografia, no final do texto, como:

- Oliveira (2006), tese de doutorado em lingüística, com uma descrição da fonologia e morfossintaxe da língua.
- Borgonha (2006), dissertação de mestrado em Antropologia Social. A autora faz importante pesquisa bibliográfica, além de relatar experiências em rico trabalho de campo na aldeia Ofayé, também denominada “Comunidade Indígena Ofaié-Xavante”.

- Dutra (2004), dissertação de mestrado em História. O autor apresenta um trabalho de pesquisa bibliográfica minuciosa sobre o território ofayé desde as mais remotas notícias de andanças, dos domínios, das perdas, até o que lhes restou, não o que seria de direito, mas o que lhes ofereceram por favor.

Os Ofayé usam o termo xeyé para se referir ao não-índio e ahofayé, para outros índios “parentes”. Segundo informações de Oliveira (2006), até essa data existiam 12 falantes da língua Ofayé, para uma população de 61 habitantes.

6.7 TERENA

O povo Terena sempre foi o mais numeroso dos subgrupos Chané (Guaná), desde que esses povos começam a aparecer na literatura do Chaco paraguaio, ainda no século XVI, início da colonização da América do Sul. Também foi o mais resistente ao contato com o não-índio, salienta Taunay (1931).

Após a Guerra do Paraguai, apesar do caos em que se transformou a região onde ocorreram os combates, os terena conseguiram se reorganizar e reaver parte do seu território porém, com todas as sequelas que um episódio daquela magnitude pode deixar.

Com pouca terra e muita pressão dos invasores, criadores de gado, muitas famílias viram-se obrigadas a trabalhar para eles. Outras tiveram a sorte de conseguir voltar a plantar suas pequenas roças e comercializar seus produtos nas cidades próximas às aldeias. Outras famílias decidiram tentar a vida na cidade, enfrentando os infortúnios do preconceito, da pobreza e do abandono. A partir daí, os Terena passaram a estabelecer maior contato com a sociedade envolvente e aprenderam a abrir as portas do comércio, da escola urbana e da universidade, ainda que tivessem (e continuam tendo) de superar grandes desafios, inclusive o do preconceito.

Hoje, muitos terena têm curso superior, mestrado e há alguns doutorandos. Os terena urbanos (grande parte) estão organizados em aldeias e muitos ainda conseguem praticar suas tradições culturais como a dança, o artesanato, o uso da língua.

Assim como o kadiwéu, a língua terena é considerada uma língua bem descrita, pela dedicação, principalmente de duas pesquisadoras (missionárias) do SIL, Elizabeth Ekhdal e Nancy Buttler que aprenderam a falar terena, produziram vários textos com descrição de aspectos da gramática, produziram materiais didáticos e trabalharam exaustivamente no processo de alfabetização bilíngüe. Há também trabalhos de descrição de Bendor-Samuel (1960, 1963, 1966), Eastlack, C. L. (1968).

Mais recentemente, a tese de doutorado de Ladeira (2002) mostrou uma radiografia do uso da língua terena em algumas aldeias.

Em 2008 o canal de televisão Universitário (Estácio de Sá, curso de Comunicação) apresentou um documentário sobre este povo – “Terena: o povo do desbarrancado”, sobre a saga das famílias terena que decidiram sair de suas aldeias em busca de melhores condições de vida na cidade de Campo Grande.

Em algumas aldeias a língua terena ainda é língua materna e a alfabetização é nesta língua. Mas, apesar de a população terena estar estimada em próximo a 20 mil habitantes, o percentual de falantes não é tão grande e a língua pode ser considerada em risco de extinção.

6.8 OS ATIKUN

Segundo Silva (2003), o povo Atikum que se encontra em Mato Grosso do Sul é um pequeno grupo que migrou de Pernambuco e se juntou a um grupo Terena em um aldeamento no município de Nioaque. Por ser um povo de pele negra, sem o fenótipo característico dos indígenas da região, sua indianidade foi questionada e o grupo teve algum trabalho para conseguir o reconhecimento pelos órgãos públicos responsáveis, Funai e Funasa, explica o pesquisador.

Os Atikum são falantes apenas do português e não recordam nem de vestígios do léxico de uma língua anterior. Pode ser que seja possível recuperar algum vestígio de seus antepassados junto aos que permanecem no território ou próximo dele, em Pernambuco

Em Pernambuco, os Atikum vivem em uma reserva no município de Carnaubeira da Penha e a população é de 5.852 índios. A extensão do território atinge o estado da Bahia, por isso, algumas aldeias ficam nesse estado.

De acordo com informações do ISA³¹, não há registros da língua que os Atikum falavam,

a não ser pouquíssimas palavras como: *sarapó* cobra grande e comestível; *toê* fogo. Se há uma única referência com relação a Aticum (ou Araticum), como língua extinta, quanto a Umã, pelo espaço territorial pelo qual se deslocavam no século passado, pode-se insinuar, com apoio na Introdução à Arqueologia Brasileira de Angyone Costa e em Os Cariris do Nordeste de Baptista Siqueira, tratar-se de um grupo pertencente à família Cariri, embora outros autores destaquem uma língua Umã como isolada ou desconhecida.

No estado de Mato Grosso do Sul a população Atikum, segundo Cabral (2002) é de 27 indígenas, segundo outros pesquisadores, este número chega próximo às 40 pessoas.

6.9 LÍNGUAS A PESQUISAR

Existem índios da etnia layana (Aruak), parentes muito próximos dos kinikinau e terena, diluídos entre esses dois povos. Em geral essas pessoas não se identificam como tal, temendo ser discriminadas ou, por medo de perder o direito ao espaço físico onde moram (território).

É possível que ocorram ressurgências de outros grupos indígenas no estado, como Chamacoco, por exemplo. Por enquanto, a pressão por que vêm passando os Guarani pela questão de demarcação de seu território não encoraja os sobreviventes invisíveis de outras etnias a se manifestarem. Mas é só uma questão

de tempo para que isso venha a ocorrer, a exemplo do que tem ocorrido, nas últimas décadas, em alguns estados do nordeste brasileiro.

O fato de muitos indígenas urbanos não se identificarem como tal e a falta de pesquisas científicas nas diversas áreas do conhecimento junto a esses povos em aldeias rurais e urbanas dificulta um censo mais próximo da realidade populacional em Mato Grosso do Sul e mesmo no Brasil.

A seguir, apresento um quadro com 18 palavras do português, traduzidas nas línguas indígenas faladas no Estado de Mato Grosso do Sul, apenas para ilustrar este texto³².

Português	Guarani	Guató	Kadiwéu	Kinikinau	Ofayé	Terena
Água	y	magã	<i>ninyoGodi</i>	une	pi-eq	ûne
Terra	yvy		<i>iiGo</i>	poke'e	hyg-eg	poke'e
Fogo	ata	matá	noledi	yuku	yxyw	yúku
Lua	jaxi	mopiná	epenai	kohe'e	kytowekyteh	kohê
Sol	kuaray (nhamandu)	caponuvé	<i>aligeGe</i>	kaxe	kytoweq	káxe
Homem	ava	madé	aaginaga	hoyeno		hóyeno
Mulher	kunha	muhaja	<i>iwaalo</i>	sêno	yhteeq	sêno
Paí	u		eliodi	xa'a	xewq	xa'a
Mãe	xy (mamãe)		eliodo	êno	yhteeq	êno
Pedra	ita	macô	wetiGa	mopo'e	keteh	mopôï
Sal	juky		yoci	yuki	jykoh	yúki
Mandioca		mamá	<i>eneewigigi</i>	xupu	hypar	xúpu
Roça	mba'ety	maheguiá	nixoGotagi	kavâne		kavâne
Onça	xivi	mapago	nigediogo	xuku'oy	wyxxikoraq	sîni
Anta	kapi'iva	maquê	liwaGa	mayane kâmo	pityjeq	mayane kâmo
Criança	kyri va'e	teofâni		xe'exa	yhpoiç	xe'exa
Rio	/ yakã	magicom	akiidi	huwe'o		huvêo
Dia	/ ára		noko	kaxe		káxe

O desaparecimento de línguas indígenas no Brasil é uma preocupação mundial. Não só de lingüistas que sabem o que representa para as ciências a perda de uma língua, mas também pela UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), que tem acompanhado o fenômeno do desaparecimento acelerado de idiomas em todo o planeta. Essa preocupação levou a organização a decretar em 1999, o dia 21 de fevereiro como o Dia Internacional da Língua Materna.

A extinção de línguas no Brasil vem aumentando as estatísticas. Segundo informações da Unesco, a cada 14 dias um idioma desaparece. Pela preocupação com esse cenário, o ano de 2008 foi definido como o Ano Internacional dos Idiomas. No Brasil, apesar de trabalhos relevantes de lingüistas reconhecidos nacional e internacionalmente, as políticas públicas são bem inferiores à magnitude dos problemas relativos à morte das línguas indígenas.

Hoje, muitos projetos de revivificação, revitalização, reaprendizagem... tentam proteger as línguas indígenas. As escolas, com a educação bilíngue e intercultural tem investido nessa luta. São iniciativas pontuais, dignas de louvor. Porém, em termos de políticas públicas que contemplem trabalhos mais sistemáticos e continuados, com projetos envolvendo a comunidade, os falantes idosos, as jovens em idade fértil (potenciais transmissoras da língua para seus filhos) e os lingüistas capacitados para coordenar e monitorar esses projetos, ainda estão no campo das utopias.

As tarefas que têm hoje os linguistas brasileiros de documentar, analisar, comparar e tentar reconstruir a história filogenética das línguas sobreviventes é, portanto, uma tarefa de caráter urgente urgentíssimo. Muito conhecimento sobre as línguas e sobre as implicações de sua originalidade para o melhor entendimento da capacidade humana de produzir línguas e de comunicar-se ficará perdido para sempre com cada língua indígena que deixa de ser falada. (Rodrigues, 1999)

Saiba mais



Para maior conhecimento sobre o tema das línguas indígenas, ler os textos de Seki (1999, 2000) e de Rodrigues (1993, 2005), expostos na bibliografia ao final do texto.

ATIVIDADES

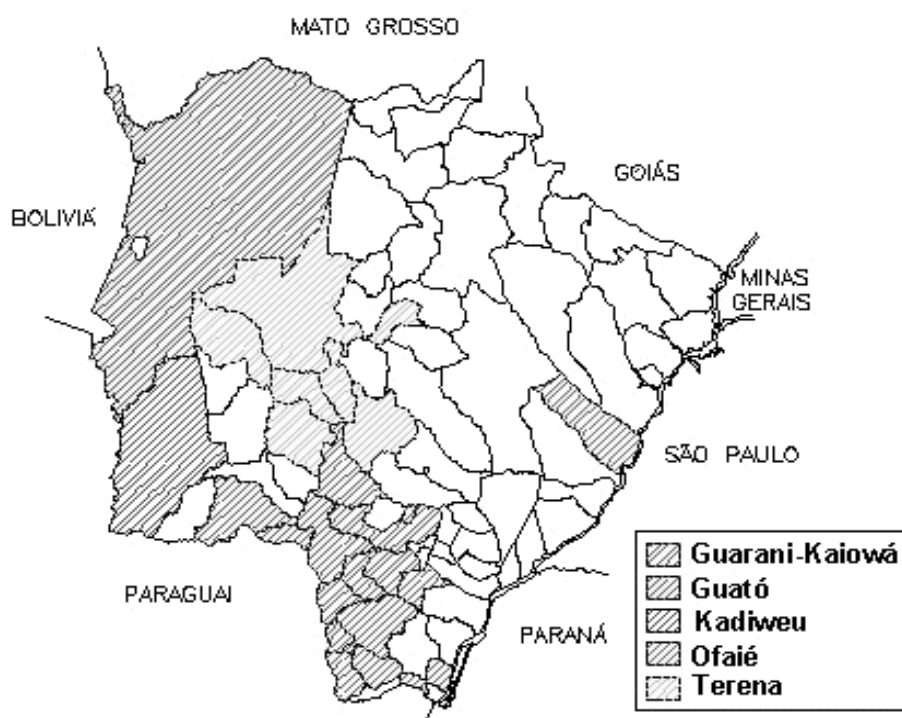
1. Analisando o mapa abaixo, veja onde se localiza seu município e procure pensar sobre as seguintes questões:

- a. Existem índios no seu município/cidade? Que língua eles falam?
- b. Qual a história de criação deste município e sua relação com os povos indígenas que viviam nesta região?
- c. Existem estudos (publicações) que tratam dos índios que vivem (viveram) no seu município/cidade?
- d. Por que será que na região leste do Estado de Mato Grosso do Sul, onde faz divisa com Goiás, Minas Gerais e São Paulo, “quase” não há mais povos indígenas? O que aconteceu para que houvesse este vazio no mapa atual?

2. Qual sua relação com os povos indígenas na atualidade? Escolha a alternativa e disserte sobre ela:

- a. Desconheço completamente esta realidade;
- b. Conheço alguma coisa dos índios através da imprensa;
- c. Conheço pessoas indígenas e leio algumas coisas sobre eles, além do que aparece na imprensa;

MUNICÍPIOS COM ÁREA INDÍGENA POR ETNIA EM MS



Fonte: Programa Kaiowá/Guarani - NEPI/UCDB – Geoprocessamento – Celso R. Smaniotto (2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos, assim, este 2º Módulo do curso de **Formação de Professores na temática: CULTURAS E HISTÓRIA DOS POVOS INDÍGENAS**, o qual, conforme escrito anteriormente se insere em um processo mais amplo de consolidação de políticas públicas, voltadas para a formação continuada de professores em todo o País. Para isso foi criada a **Rede de Educação para a Diversidade (REDE)**, uma iniciativa de várias instituições do Governo Federal: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), com o objetivo de estabelecer um grupo permanente de formação inicial e continuada a distância para a disseminação e desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas das áreas

da diversidade, quais sejam: educação de jovens e adultos, educação do campo, educação indígena, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os Direitos Humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

Este 2º módulo **CONHECENDO OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO** pretendeu oferecer uma visão ampla de alguns dos principais aspectos da vida e cultura dos povos indígenas no Brasil. A proposta foi exatamente procurar falar dos povos indígenas na realidade presente, e não como muitas vezes aconteceu nos conteúdos oferecidos pelos livros didáticos, que tratavam dos povos indígenas apenas no pretérito, como algo passado na história do Brasil.

Dessa forma, ao procurar proporcionar instrumentos para responder de maneira dinâmica a uma educação inserida em uma sociedade cada vez mais dinâmica, estes conhecimentos sobre os povos indígenas na atualidade podem servir como roteiro inicial de pesquisa e ampliação de conhecimentos, do/a professor/a e, particularmente, dos alunos. O objetivo é promover o debate sobre este importante seguimento presente na história e no presente do nosso país. Os profissionais da educação têm como principal desafio garantir a efetividade do conhecimento sobre os povos indígenas, durante tanto tempo silenciados nos conteúdos didáticos ministrados nas escolas brasileiras.

Este módulo, somado aos demais deste curso, contribui para formar professores e outros profissionais da educação da rede de ensino de educação básica para a inclusão de saberes diversos e enfrentamento de todo o tipo de discriminação e preconceito, particularmente contra os povos indígenas. Após a Constituição Federal de 1988 e a LDB (lei nº 9394/96), percebemos a emergência de uma nova legislação que insere nos currículos da Educação Básica a proposta de temas referentes à história e cultura dos povos indígenas (Lei nº 11.645/2008). São, na verdade, elementos constitutivos de nosso substrato cultural, mas, que por motivos históricos, foram ideologicamente relegados ao quase esquecimento e, muitas vezes, quando trazidos à tona, foram tratados com um viés etnocêntrico e repleto de preconceitos.

Reafirmamos o fato de que Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do país, contando oficialmente, com 08 etnias, todas com suas particularidades históricas e convivendo com as problemáticas atuais de conflitos agrários, subsistência, preconceitos de todos os tipos, violências, conforme procuramos apresentar neste 2º módulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA URQUIZA, A. H. LEITE MUSSI, Vanderléia Paes. **Módulo 2 - Introdução Conceitual para a Educação na Diversidade e Cidadania**. Campo Grande: UFMS, 2009a.
- AGUILERA URQUIZA, Antonio Hilário (org.). **Projeto Pedagógico — Curso: Educação na Diversidade e Cidadania**. Campo Grande: UFMS, 2009b.
- AGUILERA URQUIZA, Antonio Hilário. **Currículo e Cultura entre os Bororo de Meruri**. Campo Grande: UCDB, 2001.
- ALMEIDA, Rubem F. T. de; MURA, Fábio**. Guarani e Kaiowá. In: site ISA — <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa> 2009.
- AZANHA, Gilberto. **Os Terena**. Centro de Trabalho Indigenista. 2004.
- BACKES, José Licínio. **História escolar no Brasil: uma história etnocêntrica**. In: Série Estudos — Periódico do Mestrado em Educação da UCDB, n. 15, Campo Grande, 2003.
- BENDOR-SAMUEL, J. Some problems of segmentation in the phonological analysis of Terena. *Word*, 16.3, 348 – 55; (1960 [1970]).
- _____. A structure-function description of Terena phrases. *The Canadian Journal of Linguistics* 8:2, Spring / Printemps, 59 – 70. (1963).
- _____. Some prosodic features in Terena. In.: ROBINS, R. H. (Ed.) *In memory of J. R. Firth*. London, 30 – 39. (1966).
- BHABHA, Homi K. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BORGONHA, Mirtes Cristiane. História e etnografia ofayé: Estudo sobre um grupo indígena do Centro-Oeste brasileiro. Dissertação (Antropologia Social), UFSC. 2006.
- BRAGGIO, Silvia Lúcia Bigonjal. Aspectos fonológicos e morfológicos do kadiwéu. Campinas: Unicamp, (Dissertação de Mestrado). 1981.
- BRAND, A. J. Memória e História como elementos fundamentais na formação dos professores indígenas Kaiowá e Guarani, disponível em <http://www.mestradoeducacao.ucdb.br/projeto21.htm> 2007.
- _____. **O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá**. 1993. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul — PUC/RS. Porto Alegre.
- _____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra**. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS. Porto Alegre: 1997.
- _____; NASCIMENTO. Adir Casaro. **A escola indígena e sustentabilidade: perspectivas e desafios**. Anais do III Seminário Internacional: Educação intercultural movimentos sociais e sustentabilidade: perspectivas epistemológicas e propostas metodológicas. Florianópolis: UFSC, 2006. (CD ROOM).
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- BUTLER, N. A derivação verbal na língua terena. *Série Lingüística* 7, 73 — 100; 1977.
- _____. The multiple functions of the definite article in Terena. *Série Lingüística. SIL*, 3 — 16. 2003.
- CARDOSO, V. F. Um estudo de categorias sintagmáticas da língua Kaiowá/Guarani. Dissertação (Mestre), UFMS, Três Lagoas – MS, p.115. 2001.
- CARDOSO, V. F. Aspectos morfosintáticos da língua kaiowá (guarani). Tese, Unicamp-Campinas. 2008.
- CASTRO, Iara Quelho de. **Vigiar e construir a história: Memórias, esquecimentos, comemorações e historiografia nas representações sobre Aquidauana**. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul — UFMS. Dourados.
- _____. **Na luta pela defesa de direitos, as alianças possíveis: os kinikinau no movimento indígena**. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: UEL, 2005. (CD ROOM).
- COSTA, C. P. G. *_handewa Aywu*. Dissertação de mestrado- Universidade Estadual de Campinas, SP. 2003a.
- _____. Fonologia do Nhandewa-Guarani Paulista-Paranaense. *Revista Liames* 3: Editora da Unicamp. 2003b

CUNHA, M. C. (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: FAPESP/Companhia das Letras/SMC, 1992.

DOOLEY, Robert A. Apontamentos Preliminares sobre Nandéva Guaraní Contemporâneo. Associação Internacional de Lingüística (SIL), Cuiabá, MT. (2008 [1991]).

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **Ofaié, morte e vida de um povo**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1996.

_____. **O território Ofaié pelos caminhos da História: reencontro e trajetória de um povo**. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul — UFMS. Dourados.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) Anuário Estatístico do Brasil 1998. Rio de Janeiro: IBGE, v.58, p.1-143-1-152, 1999.

EASTLACK, C. L. (1968). *Terena (Arawakan) Pronouns*. International Journal of American Linguistics. Volume 34, January, Number 1, 1-8

GRIFFITHS, G. Gramática Pedagógica Kadiwéu. Brasília: SIL. 1986.

_____. Aspectos da Língua Kadiwéu. Série Lingüística, Nº. 6. 1976.

_____. Dicionário da língua Kadiwéu. Composto e impresso pela Sociedade Internacional de Lingüística. Cuiabá, MT. 2002.

GUDSCHINSKY, S. Ofaié-Xavante, a Jê language. In: Gudschinsky, S. (ed.), Estudos sobre Línguas e Culturas Indígenas, Brasília: SIL, p 1-16. 1971.

_____. Fragmentos de Ofaié: A descrição de uma língua extinta. In: Série Lingüística 3. Brasília: SIL. p. 177-249; 1974.

LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2006.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**, Brasília, 2002, datilografado.

LUCIANO, Gersm dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1).

MIRANDA, Claudionor do Carmo. **Territorialidades e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de Mato Grosso do Sul**. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco — UCDB. Campo Grande.

MANGOLIN, Olívio. Povos indígenas no Mato Grosso do Sul: **viveremos por mais 500 anos. Campo Grande, Mato Grosso do Sul. 1993**.

MOORE, Denny, GALUCIO, Ana V. e GABAS Jr., Nilson. O Desafio de Documentar e Preservar as Línguas Amazônicas. s. d.

NIMUENDAJU, C. Cartas das expedições aos Ofaié [1912]. In: Gonçalves, M. (org). Curt Nimuendajú. Etnografia e Indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará. Campinas: Unicamp, p. 81-100. (Coleção Repertórios). (1993 [1912]).

OLIVEIRA, D. P. de; ALVES, M. M. Os kinikinau: dados históricos, vocabulares e lingüísticos. 2005. Acessado em: <http://www.ceul.ufms.br/pgletras/docentes/decir/OS%20KINIKINAU.pdf>

OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência linguística. *Synergies Brésil* nº 7 - pp. 19-26; 2009.

OLIVEIRA, João Pacheco. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **MANA**, 4 (1): 47-77; Rio de Janeiro. 1998.

_____; **ROCHA FREIRE, C. A. A presença indígena na formação do Brasil**. Col. Educação para Todos. Brasília / MEC. 2006.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Guató — Argonautas do Pantanal. In: **Coleção Arqueologia 2**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

_____. **Da pré-história à história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoieiros do Pantanal**. Faculdade de filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2002 (Tese de doutorado em História/ Arqueologia).

OLIVEIRA, M. das Dores. Notas sobre o povo Ofayé e aspectos da fonologia a língua Ofayé. In: Telles, S. (org) *Coletânea axéuvyru*. Recife: Editora Universitária da UFPE, p 141-58. 2005.

- _____. Ofayé, a língua do povo do mel: fonologia e Gramática. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) Universidade Federal de Alagoas, Maceió. 2006.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Do índio ao bugre**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed., 1976.
- POMPA, Cristina. **A religião como tradução**. Bauru / SP: EDUSC, 2003.
- RIBEIRO, E. Rivail. An update on the Ofayé language. Disponível em:
<http://br.groups.yahoo.com/group/etnolinguistica/files>, acesso em 20/01/2010.
- RIBEIRO, Darcy. Notícia dos Ofaié-Chavante. Revista do Museu Paulista. Nova Série v. V., São Paulo. 1951.
- RODRIGUES, A. D. Os Estudos de Linguística Indígena no Brasil. Revista de *Antropologia*, separata do vol. XI n.º 1/2. São Paulo. 1963.
- _____. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.* 9(1). São Paulo: p. 83-103. 1993.
- _____. Sobre as línguas indígenas... *Ciência e Cultura*, vol.57 n.º. 02. São Paulo Abr./Jun. 2005.
- _____. A originalidade das línguas indígenas brasileiras Laboratório de Línguas Indígenas, LALI, Palestra proferida na UnB. 1999.
- _____. Línguas ameríndias. São Paulo, 1970.
- SANCHEZ-LABRADOR, José. *El Paraguay Católico*. 2 v. Buenos Aires : Imprenta de Coni Hermanos, 1910.
- SANDALO, Filomena. A grammar of Kadiweu: with special reference to the polysynthesis parameter. Cambridge: MTWP. 137 p. (MIT Occasional Papers in Linguistics, 11) 1997.
- SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. São Paulo/SP. Difusão européia do livro, 1962.
- SEKI, L. A linguística indígena no Brasil. *DELTA* vol.15. São Paulo. 1999.
- _____. **Línguas Indígenas do Brasil no Limiar do século XXI**. Impulso, Piracicaba, v. 12, n. 27, p. 157-170. 2000.
- SILVA, Giovani José da. **A construção física, social e simbólica da Reserva Indígena Kadiwéu (1899-1984): memória, identidade e história**. 2004. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul — UFMS. Dourados.
- _____. **Da terra seca à condição de índios “terra seca”: os Atikum em Mato Grosso do Sul**. 2000. Monografia (Especialização em Antropologia). Universidade Federal de Mato Grosso — UFMT. Cuiabá:
- _____. Além do que os olhos vêem: reflexões sobre etnia, etnicidade e identidade étnica — os índios Atikum em Mato Grosso do Sul. In: *Tellus*, ano 3, n.5. Campo Grande: UCDB, 2003. p. 95-106.
- _____. **Os kinikinau em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul: (in) visibilidade de um grupo indígena**. Texto produzido para o Seminário Povo Kinikinau: Persistindo a Resistência. Bonito, 2004.
- SIQUEIRA JUNIOR, Jaime. **Esse campo custou o sangue de nossos avós: a construção do tempo e espaço Kadiwéu**. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - FFLCH/USP. São Paulo.
- _____. **A presença Camba. Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia (1938-1987): Identidades, migrações e práticas culturais**. Tese de doutorado - UFG, Goiânia, 2009.
- SOUZA, José Luiz. **O lugar Kinikinau: a trajetória dos Koinukonen em Mato Grosso do Sul, na perspectiva da geografia cultural**. Anais do VII Encontro de História do Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UCDB, 2004. (CD ROOM).
- SOUZA, Ilda de. *Koenukonoe emo’u - a língua dos índios Kinikinau*. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas. 2008.
- TAUNAY, Alfredo D’Escragnolle (1920 [1927]). *Dias de guerra e de sertão*. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos.
- TAUNAY, Alfredo D’Escragnolle. *Entre nossos índios – Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurus, Caingangs*. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo. 1931.
- TEIXEIRA, Raquel F. A. As línguas indígenas no Brasil. In: SILVA, A. L. & GRUPIONI, L. D. B.. A

temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus. Brasil, MEC/MARI/UNESCO. 1995.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção**. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul — UFMS. Dourados.

VIEIRA, Jorge. Desenvolvimento local na perspectiva Terena de Cachoeirinha, município de Miranda/MS. **2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco — UCDB. Campo Grande.**

VIETTA, Katya. “Não tem quem orienta, a pessoa sozinha é que nem uma folha que vai com o vento”: Análise sobre alguns impasses presentes entre os Kaiowá/Guarani. In: **Multitemas**. Campo Grande: UCDB. Nº 12, 1998.

_____. Programa Kaiowá e Guarani: algumas reflexões sobre a antropologia e práticas indígenas. In: **Multitemas**. Campo Grande- MS, n.4, 1997.

_____. & BRAND, A. Programa Kaiowá/guarani: a pesquisa científica a serviço da comunidade. In: **Multitemas**. Campo Grande – MS, n. 12. 1998.

<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guato>

www.familiaweb.com.br/pantanal/artigo2.htm

http://www.anai.org.br/arquivos/Fazenda_Altamira.pdf

<http://www.cpce.unb.br/acervo/antropologia.html>

ANEXO 01 — POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

	Nomes	Outros nomes ou grafias	Família Língua	UF (Brasil) Países limítrofes
1	<u>Aikanã</u>	Massaca, Tubarão, Columbiara, Mundé, Huari, Cassupá, Aikaná	Aikaná	RO
2	Ajuru		Tupari	RO
3	<u>Akuntsu</u>	Akunt'su	Tupari	RO
4	<u>Amanayé</u>	Amanaié, Araradeua	Tupi- Guarani	PA
5	Amondawa		Tupi- Guarani	RO
6	Anacé			CE
7	<u>Anambé</u>		Tupi- Guarani	PA
8	<u>Aparai</u>	Apalai, Apalay, Appirois, Aparathy, Apareilles, Aparai	Karib	AP, PA
9	<u>Apiaká</u>	Apiacá	Tupi- Guarani	AM, MT, PA
10	<u>Apinaié</u>	Apinaié, Apinajés, Apinayé	Jê	TO
11	<u>Apurinã</u>	Ipurina, Popukare	Aruak- maipure	AM, MT, RO
12	<u>Aranã</u>			MG
13	<u>Arapaso</u>	Arapasso, Arapaço	Tukano	AM
14	Arapiuns			PA
15	<u>Arara</u>	Arara do Pará, Ukaragma	Karib	PA
16	Arara do Rio Amônia	Apolima-Arara, Arara Apolima		AC

17	<u>Arara do Rio Branco</u>	Arara do Beiradão, Arara do Aripuanã		MT
18	<u>Arara Shawãdawa</u>	Arara do Acre, Shawanaua	Pano	AC
19	<u>Araweté</u>	Araueté, Bide	Tupi-Guarani	PA
20	<u>Arikapu</u>		Jabuti	RO
21	<u>Aruá</u>		Mondé	RO
22	<u>Ashaninka</u>	Kampa, Ashenika	Aruak	AC, Peru
23	<u>Asurini do Tocantins</u>	Akuawa, Asurini	Tupi-Guarani	PA
24	<u>Asurini do Xingu</u>	Assurini, Awaete	Tupi-Guarani	PA
25	<u>Atikum</u>	Aticum		BA, PE,MS
26	<u>Avá-Canoeiro</u>	Canoeiro, Cara-Preta, Carijó	Tupi-Guarani	GO, MG, TO
27	<u>Aweti</u>	Awytyza, Enumaniá, Anumaniá, Auetö	Aweti	MT
28	<u>Bakairi</u>	Bacairi, Kurã, Kurâ	Karib	MT
29	<u>Banawá</u>		Arawá	AM
30	<u>Baniwa</u>	Baniva, Baniua, Curipaco, Walimanai	Aruak	AM, Colômbia, Venezuela
31	<u>Bará</u>	Bara tukano, Waípinõmakã	Tukano	AM, Colômbia
32	<u>Barasana</u>	Panenoá	Tukano	AM, Colômbia
33	<u>Baré</u>	Hanera	Aruak	AM, Venezuela
34	<u>Borari</u>			PA
35	<u>Bororo</u>	Coxiponé, Araripoconé, Araés, Cuiabá, Coroados, Porrudos, Boe	Bororo	MT

36	<u>Canela</u>	Ramkokamekrá, Apanyekrá	Jê	MA
37	<u>Chamacoco</u>		Samuko	MS, Paraguai
38	<u>Charrua</u>			
39	<u>Chiquitano</u>	Chiquito	Chiquito	MT, Bolívia
40	<u>Cinta larga</u>	Matetamãe	Mondé	MT, RO
41	<u>Coripaco</u>	Curipaco, Curripaco, Kuripako	Aruak	AM, Colômbia
42	<u>Deni</u>	Jamamadi	Arawá	AM
43	<u>Desana</u>	Desano, Dessano	Tukano	AM, Colômbia
44	<u>Djeoromitxi</u>	Jaboti	Jabuti	RO
45	<u>Enawenê-nawê</u>	Enawenê nauê, Salumã, Enawenê-nawê	Aruak	MT
46	<u>Fulni-ô</u>		Ia-tê	PE
47	<u>Galibi do Oiapoque</u>	Galibi, Kalinã	Karib	AP, Guiana Francesa
48	<u>Galibi-Marworno</u>	Galibi do Uaçá, Aruá	Creoulo	AP
49	<u>Gavião Parkatêjê</u>	Gavião do Mãe Maria, Gavião Parakatejê, Gavião do Oeste, Parkatejê	Jê	PA
50	<u>Gavião Pykopjê</u>	Gavião do Maranhão, Gavião Pukobiê, Gavião do Leste, Pykopcatejê	Jê	MA
51	<u>Guajá</u>	Avá, Awá	Tupi-Guarani	MA, PA
52	<u>Guajajara</u>	Guajajara, Tenetehara	Tupi-Guarani	MA
53	<u>Guarani Kaiowá</u>	Pai-Tavyterã, Tembukuára	Tupi-Guarani	MS, Paraguai

54	<u>Guarani Mbya</u>	Guarani M'byá	Tupi-Guarani	ES, PA, PR, RJ, RS, SC, SP, TO, Argentina, Paraguai
55	<u>Guarani Nandeva</u>	Ava-Chiripa, Ava-Guarani, Xiripa, Tupi-Guarani	Tupi-Guarani	MS, PR, RS, SC, SP, Argentina, Paraguai
56	<u>Guató</u>		Guató	MT, MS
57	<u>Hixkaryana</u>	Hixkariana	Karib	AM, PA, RR
58	<u>Ikolen</u>	Gavião de Rondônia, Gavião Ikolen, Digut	Mondé	RO
59	<u>Ikpeng</u>	Txicão, Ikpeng	Karib	MT
60	<u>Ingarikó</u>	Akawaio, Kapon	Karib	RR, Guiana, Venezuela
61	<u>Iranxe Manoki</u>	Irantxe, Manoki	Iranxe	MT
62	<u>Jamamadi</u>	Yamamadi, Kanamanti	Arawá	AM
63	<u>Jarawara</u>	Jarauara	Arawá	AM
64	<u>Javaé</u>	Karajá/Javaé, Itya Mahãdu	Karajá	GO, TO
65	<u>Jenipapo-Kanindé</u>	Payaku		CE
66	<u>Jiahui</u>	Jahoi, Djarroi, Djarroi, Parintintin, Diahoi, Diahui, Kagwaniwa	Tupi-Guarani	AM
67	<u>Jiripancó</u>	Jeripancó, Geripancó		AL
68	<u>Juma</u>	Yuma	Tupi-Guarani	AM
69	<u>Ka'apor</u>	Urubu Kaapor, Kaapor	Tupi-Guarani	MA, PA
70	<u>Kadiwéu</u>	Kaduveo, Caduveo, Kadivéu, Kadiveo	Guaikuru	MS
71	<u>Kaiabi</u>	Kayabi, Caiabi, Kaiaby, Kajabi, Cajabi	Tupi-Guarani	MT, PA
72	<u>Kaimbé</u>			BA
73	<u>Kaingang</u>	Guayanás	Jê	PR, RS, SC, SP

74	<u>Kaixana</u>	Caixana		AM
75	Kalabaça			
76	<u>Kalankó</u>	Cacalancó		
77	<u>Kalapalo</u>		Karib	MT
78	<u>Kamaiurá</u>	Kamayurá	Tupi-Guarani	MT
79	Kamba			MS
80	<u>Kambeba</u>	Cambemba, Omaguá	Tupi-Guarani	AM
81	Kambiwá	Cambiuá		PE
82	<u>Kanamari</u>	Canamari, Tukuna	Katukina	AM
83	Kanindé			
84	<u>Kanoê</u>	Canoe, Kapixaná, Kapixanã	Kanoe	RO
85	<u>Kantaruré</u>	Cantaruré, Pankararu		BA
86	Kapinawa	Capinawa		PE
87	<u>Karajá</u>	Caraiauna, Iny	Karajá	GO, MT, PA, TO
88	<u>Karajá do Norte</u>	Xambioá, Ixybiowa, Iraru Mahãndu, Karajá do Norte	Karajá	TO
89	<u>Karapanã</u>	Muteamasa, Ukopinõpõna	Tukano	AM, Colômbia
90	Karapotó			AL
91	<u>Karipuna de Rondônia</u>	Ahé, Karipuna, Ahé	Tupi-Guarani	RO
92	<u>Karipuna do Amapá</u>		Creoulo	AP
93	Kariri			CE
94	<u>Kariri-Xokó</u>	Cariri-xocó		AL

95	<u>Karitiana</u>	Caritiana, Yjxa	Arikén	RO
96	<u>Karo</u>	Arara de rondônia, arara karo, arara tupi, ntogapíd, ramaráma, urukú, e urumí, Il'târap	Ramarama	RO
97	<u>Karuazu</u>			
98	Katuena	Waiwai	Karib	AM, PA, RR
99	<u>Katukina do Rio Biá</u>	Tukuna	Katukina	AM
100	<u>Katukina Pano</u>		Pano	AC
101	Katxuyana	Caxuiana, Kaxuyana	Karib	AP, AM, PA
102	<u>Kaxarari</u>	Caxarari	Pano	AM, RO
103	<u>Kaxinawá</u>	Cashinauá, Caxinauá, Huni Kuin, huni kuin	Pano	AC, Peru
104	<u>Kaxixó</u>			MG
105	<u>Kayapó</u>	Kaiapó, Caiapó, Gorotire, A'ukre, Kikretum, , Makragnotire, Kuben-Kran-Ken, Kokraimoro, Metuktire, Xikrin, Kararaô, Mebengokre	Jê	MT, PA
106	<u>Kinikinau</u>	Kinikinao, Guaná	Aruak	MS
107	<u>Kiriri</u>	Kariri		BA
108	<u>Kisêdjê</u>	Suiá, Kisidjê	Jê	MT
109	<u>Kokama</u>	Cocama, Kocama	Tupi-Guarani	AM, Peru, Colômbia
110	<u>Korubo</u>		Pano	AM
111	<u>Kotiria</u>	Wanana	Tukano	AM, Colômbia
112	<u>Krahô</u>	Craô, Kraô, Mehin	Jê	TO

113	<u>Krahô-Kanela</u>		Jê	TO
114	<u>Krenak</u>	Crenaque, Crenac, Krenac, Botocudos, Aimorés, Krén	Krenák	MG, SP
115	<u>Krikati</u>	Kricati, Kricatijê, Põcatêjê, Kricatijê	Jê	MA
116	<u>Kubeo</u>	Cubeo, Cobewa, Kubéwa, Pamiwa	Tukano	AM, Colômbia
117	<u>Kuikuro</u>	Kuikuru	Karib	MT
118	<u>Kujubim</u>	Kuyubi	Txapacura	RO
119	<u>Kulina</u>	Culina, Madiha, Madija	Arawa	AC, AM, Peru
120	<u>Kulina Pano</u>	Culina	Pano	AM
121	<u>Kuntanawa</u>	Kontanawa, Contanawa	Pano	Alto rio Tejo e afluentes (Acre)
122	<u>Kuruaya</u>	Xipáia-Kuruáia, Kuruáia	Munduruku	PA
123	<u>Kwazá</u>	Coaiá, Koaiá	Koazá	RO
124	<u>Maku</u>	Macu, Yuhupde, Dow, Nadob, Hupda. Bara, Kakwa, Kabori, Nukak	Makú	AM, Colômbia
125	<u>Makuna</u>	Yeba-masã	Tukano	AM, Colômbia
126	<u>Makurap</u>	Macurap	Tupari	RO
127	<u>Makuxi</u>	Macuxi, Macushi, Pemon	Karib	RR, Guiana
128	<u>Manchineri</u>	Machineri	Aruak	AC
129	<u>Marubo</u>		Pano	AM
130	<u>Matipu</u>		Karib	MT
131	<u>Matis</u>	Mushabo, Deshan Mikitbo	Pano	AM
132	<u>Matsés</u>	Mayoruna	Pano	AM, Peru

133	<u>Maxakali</u>	Maxacalis, Monacó, Kumanuxú, Tikmuún, Kumanaxú - tikmu'ún	Maxakali	MG
134	<u>Mehinako</u>	Meinaco, Meinacu, Meinaku	Aruak	MT
135	<u>Menky</u> <u>Manoki</u>	Munku, Menku, Myky, Manoki	Iranxe	MT
136	Migueleno	Miqueleno		RO
137	<u>Miranha</u>	Mirana	Bora	AM, Colômbia
138	<u>Mirity-</u> <u>tapuya</u>	Buia-tapuya	Tukano	AM
139	<u>Munduruku</u>	Mundurucu	Munduruku	AM, MT, PA
140	Mura		Mura	AM
141	<u>Nahukuá</u>	Nafukwá, Nahkwá, Nafuquá, Nahukwá	Karib	MT
142	<u>Nambikwara</u>	Nambiquara, Anunsu, Halotesu, Kithaulu, Wakalitesu, Sawentesu, Negarotê, Mamaindê, Latundê, Sabanê, Manduka, Tawandê, Hahaintesu, Alantesu, Waikisu, Alaketesu, Wasusu, Sararé, Waikatesu	Nambikwára	MT, RO
143	Naruvôtu		Karib	MT
144	<u>Nawa</u>	Náua		AC
145	<u>Nukini</u>	Nuquini	Pano	AC
146	<u>Ofaié</u>	Ofaié-Xavante	Ofayé	MS
147	Oro Win		Txapacura	RO
148	<u>Paiter</u>	Suruí Paiter, Paiter	Mondé	MT, RO
149	<u>Palikur</u>	Paricuria, Paricores, Palincur, Parikurene, Parinkur-léne,	Aruak	AP, Guiana

150	<u>Panará</u>	Kreen-Akarore, Krenhakore, Krenakore, Índios Gigantes	Jê	MT, PA
151	Pankaiuká			PE
152	<u>Pankará</u>			PE
153	Pankararé			BA
154	<u>Pankararu</u>			MG, PE
155	<u>Pankaru</u>	Pankararu-Salambaia		BA
156	<u>Parakanã</u>		Tupi-Guarani	PA
157	<u>Paresí</u>	Pareci, Halíti, Arití	Aruak	MT
158	<u>Parintintin</u>	Cabahyba	Tupi-Guarani	AM
159	Patamona	Ingarikó, Kapon	Karib	RR, Guiana
160	Pataxó		Maxacali	BA, MG
161	<u>Pataxó Hã-Hã-Hãe</u>		Maxakali	BA
162	<u>Paumari</u>	Pamoari	Arawá	AM
163	Pipipã			PE
164	<u>Pirahã</u>	Mura Pirahã	Mura	AM
165	<u>Pira-tapuya</u>	Piratapuya, Piratapuyo, Piratuapuia, Pira-Tapuya	Tukano	AM, Colômbia
166	<u>Pitaguary</u>	Potiguara, Pitaguari		CE
167	<u>Potiguara</u>			CE, PB
168	Poyanawa	Poianaua	Pano	AC
169	Puroborá			RO
170	<u>Rikbaktsa</u>	Erigbaktsa, Canoeiros, Orelhas	Rikbaktsá	MT

171	<u>Sakurabiat</u>	Sakiriabar, Mequéns, Sakurabiat	Tupari	RO
172	<u>Sateré</u> <u>Mawé</u>	Sateré-Maué	Mawé	AM, PA
173	Shanenawa	Katukina Shanenawa, Shanenawa	Pano	AC
174	<u>Siriano</u>		Tukano	AM, Colômbia
175	<u>Suruí</u>	Aikewara, Sororós, Aikewara	Tupi-Guarani	PA
176	Tabajara			CE, MA
177	Tapayuna	Beijo de pau	Jê	MT
178	<u>Tapeba</u>	Tapebano, Perna-de-pau		CE
179	<u>Tapirapé</u>		Tupi-Guarani	MT, TO
180	<u>Tapuio</u>	Tapuya, Tapuia		GO
181	<u>Tariana</u>		Aruak	AM, Colômbia
182	<u>Taurepang</u>	Taulipang, Taurepangue, Taulipangue, Pemon	Karib	RR, Venezuela
183	<u>Tembé</u>	Tenetehara	Tupi-Guarani	MA, PA
184	<u>Tenharim</u>	Kagwahiva	Tupi-Guarani	AM
185	<u>Terena</u>		Aruak	MT, MS, SP
186	<u>Ticuna</u>	Tikuna, Tukuna, Maguta	Tikuna	AM, Peru, Colômbia
187	<u>Tingui Botó</u>			AL
188	<u>Tiriyó</u>	Tirió, Trio, Taroná, Yawi, Pianokoto, Piano, Wü tarëno, Txukuyana, Ewarhuyana, Akuriyó	Karib	AP, PA, Suriname
189	<u>Torá</u>		Txapacura	AM

190	<u>Tremembé</u>			CE
191	<u>Truká</u>			BA, PE
192	<u>Trumai</u>		Trumái	MT
193	Tsohom Djapá	Tucano	Katukina	AM
194	<u>Tukano</u>	Tucano	Tukano	AM, Colômbia
195	<u>Tumbalalá</u>			BA
196	<u>Tupari</u>		Tupari	RO
197	Tupinambá	Tupinambá de Olivença		BA
198	<u>Tupiniquim</u>			ES
199	Turiwara			PA
200	Tuxá			AL, BA, PE
201	<u>Tuyuka</u>	Tuiuca	Tukano	AM, Colômbia
202	<u>Umutina</u>	Barbados, Omotina	Bororo	MT
203	<u>Uru-Eu- Wau-Wau</u>	Bocas-negras, Bocas-pretas, Cautários, Sotérios, Cabeça- vermelha, Urupain, Jupaú, Amondawa, Urupain, Parakuara, Jurureís	Tupi- Guarani	RO
204	<u>Waimiri</u> <u>Atroari</u>	Kinja, Kiña, Uaimiry, Crichaná	Karib	AM, RR
205	<u>Waiwai</u>	Hixkaryana, Mawayana, Karapayana, Katuena, Xerew	Karib	AM, PA, RR, Guiana
206	<u>Wajãpi</u>	Wayapi, Wajapi, Oiampi	Tupi- Guarani	AP, PA, Guiana Francesa
207	<u>Wapixana</u>		Aruak	RR, Guiana
208	<u>Warekena</u>	Werekena	Aruak	AM, Venezuela

209	<u>Wari'</u>	Uari, Wari, Pakaá Nova	Txapacura	RO
210	Wassu			AL
211	<u>Waujá</u>	Waurá	Aruak	MT
212	<u>Wayana</u>	Upurui, Roucouyen, Orkokoyana, Urucuiana, Urukuyana, Alucuyana, Wayana	Karib	AP, PA, Suriname, Guiana Francesa
213	Witoto	Uitoto	Witoto	AM, Colômbia, Peru
214	<u>Xakriabá</u>		Jê	MG
215	<u>Xavante</u>	Akwe, A'uwe	Jê	MT
216	<u>Xerente</u>	Acuen, Akwen, Akwê	Jê	TO
217	<u>Xetá</u>	héta, chetá, setá	Tupi-Guarani	PR
218	<u>Xikrin</u> <u>Kayapó</u>		Jê	PA
219	<u>Xipaya</u>	Xipáya	Juruna	PA
220	<u>Xokleng</u>	bugres, botocudos, Aweikoma, Xokrén, Kaingang de Santa Catarina, Aweikoma-Kaingang, Laklanõ	Jê	SC
221	Xokó	Chocó, Xocó		SE
222	Xukuru	Xucuru		PE
223	Xukuru-Kariri	Xucuru		AL, BA
224	<u>Yaminawá</u>	laminaua, Jaminawa	Pano	AC, AM, Peru, Bolívia
225	<u>Yanomami</u>	Yanoama, Yanomani, lanomami	Yanomami	AM, RR, Venezuela
226	<u>Yawalapiti</u>		Aruak	MT

227	<u>Yawanawá</u>	Iauanaua	Pano	AC, Peru, Bolívia
228	<u>Ye'kuana</u>	Yekuana	Karib	AM, RR, Venezuela
229	<u>Yudjá</u>	Yuruna, Juruna, Yudjá	Juruna	MT, PA
230	<u>Zo'é</u>	Poturu	Tupi-Guarani	PA
231	<u>Zoró</u>	Pangyjej	Mondé	MT
232	<u>Zuruahã</u>	Índios do Coxodoá	Arawá	AM

ANEXO 02 — LÍNGUAS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL³³

4.1 TRONCO: MACRO-JÊ

FAMÍLIA	LÍNGUA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
Boróro	Boróro	MT	1024
	Umutina	MT	392
Krenak	Krenak (Botocudo)	MG, SP	204
Guató	Guató	MS, MT	370
Karajá	Javaé	GO, TO	1.208
	Karajá	GO, MT, PA, TO	2.532
	Xambioá	TO	269
Maxacali	Maxacali	MG	1.100
	Pataxó	MG e BA	10.897
	Pataxó Hã-Hã-Hãe	BA	2.219
Ofayé	Ofayé	MS	60
Rikbaktsa	Rikbaktsa	MT	1.117
Yatê (Fulniô)	Yatê (Fulniô)	PE	3.659
Jê	Akwen		
	• Xacriabá	MG	7.665
	• Xavante	MT	13.363
	• Xerente	TO	2.569
	Apinajé	TO	1.525
	Kaingang		
	• Kaingang	RS, SC, PR, SP	757
• Xokleng (Laklãnõn)	SC	28.000	

	Kayapó (Mebengokre) ³⁴		887
	• Gorotire	MT, PA	
	• Kararaô		
	• Kokraimoro	MT, PA	5.923
	• Kubenrankegn		
	• Menkrangnoti	MT	202
	• Mentuktíre (Txukahamã)	MT	334
	• Xikrín		
	• Panará (Kren - Akorê)	MT e PA	
	Suyá	MT, PA	
	• Tapayúna (Beicho-de-Pau)	PA	
		PA	1.343
		MT, PA	374
	Timbira		
	• Canela Apaniekra	MT	58
	• Canela Ramkokamekra	MA	458
	• Gavião paraketeyê	MA	1.337
	• Gavião Pukobyê		
	• Kraô	PA	478
	• Krikati	MA	473
		TO	1.900
		MA	682

4.2 TRONCO TUPI

FAMÍLIA	LÍNGUA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
Tupi-Guarani	Akwawá		
	<ul style="list-style-type: none"> • Parakãñã • Suruí • Assurini 	TO	800
		TO	185
	Amanayé	TO	384
	Anambé	PA	192
	Apiaká	PA	182
	Araweté	AM, MT, PA	1.000
	Avá canoeiro	PA	338
	Aurê-Aurá	GO, TO	16
	Guajá	MA	2
	Guarasu	MA, PA	283
	Kaapor	MA	2
	Kamayurá	MA, PA	991
	Kayabi	MT	492
Tupi-Guarani	Kokáma	MT, PA	1.619
		AM	9.000
	<u>Guarani</u>		
	<ul style="list-style-type: none"> • Caiowá 	MS	20.000
	<ul style="list-style-type: none"> • Mbyá 	ES, PA, PR, RJ, RS, SC, SP, TO	6.000
	<ul style="list-style-type: none"> • Nhandéva 	MS, PR, RS, SC, SP,	10.000

	Kawahíb <ul style="list-style-type: none"> • Amondáwa • Diahói • Juma (Yuma) • Parintintin • Karipúna/Rondônia • Karipuna/Amapá • Tenharin • Uru-Eu-Wau-Wau Tapirapé Tenetehara <ul style="list-style-type: none"> • Guajajara • Tembé Wayampí (Oiampi) Xetá Zo'é (Puturú) Nheengatu ³⁵	RO AM AM AM RO AP AM RO MT, TO MA MA, PA AP, PA PR PA AM	83 88 5 284 14 2.235 699 100 564 19.471 1.425 905 86 177 320
Arikém	Karitiana	RO	320
Juruna	Juruna (Yudjá) Xipayá	MT, PA PA	362 595
Monde	Aruá Cinta-Larga Gavião Suruí (Paiter) Zoró	RO MT, RO RO MT, RO MT	69 1.440 523 1.007 599
Munduruku	Munduruku Kuruáya	AM, PA, MT PA	10.065 129
Ramarama	Arara (Karo)	RO	208
Tupari	Makuráp Tupari Sakurabiat (Mekén) Wayoró (Ajuru)	RO RO RO RO	381 433 84 94
Aweti	Aweti	MT	138
Puruborá	Puruborá	RO	62
Mawé	Sateré-Mawé	AM, PA	9.156

4.3 FAMÍLIA ARUAK

LÍNGUA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
Apurinã	AM, MT, RO	3.256
Baníwa do Içana (Kurripako, Kuripako)	AM	1.332
Baré	AM	2.790
Kaixána	AM	505
Kámpa (Axininka – Maipure)	AC	869
Kinikinau	MS	250
Mandawaka	AM	24
Machineri	AC	937
Mehináku	MT	227
Palikur	AP	1.330
Paresi	MT	2.005
Piro Manitenéri	AM	937
Salumã (Enawenê-Nawê)	MT	445
Tariana	AM	1.914
Terena	MS, MT, SP	19.961
Wapixana	RR	7.000
Warekena	AM	806
Waurá	MT	410
Yawalapiti	MT	222

4.4 FAMÍLIA KARIB

LÍNGUA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
Aparaí	AP, PA	317
Arára do Pará	PA	271
Bakairi	MT	950
Galibí do Oiapoque (Kaliña)	AP	66
Hixkaryána	AM, PA, RR	631
Ikpéng (Txikão)	MT	342
Ingarikó (Kapóng)	RR	1170
Kalapálo	MT	504
Katuwena (wai wai)	AM, PA, RR	2.914
Kaxuyána (Warikyána)	AP, AM, PA	230
Kuikuru	MT	509
Makuxí	RR	23.433
Matipú	MT	103
Mayongóng (Yekuana)	RR	426
Nahukwá	MT	124
Naruwôtu	MT	78
Patamona	RR	87
Taulipáng (Pemóng,)	RR	582
Tiriyó (Tirió, Trio)	AP, PA	1.156
Waimirí	AP, PA	1.120
Wayána	AP, PA	288

4.5 FAMÍLIA PÁNO

LÍNGUA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
Katukína	AC	585
Kaxararí	AM, RO	322
Kaxinawá	AC	4.500
Korúbo	AM	26
Kulína	AM	125
Kuntanawa	AC	400
Marúbo	AM	1. 252
Matís	AM	322
Matsés (Mayorúna)	AM	1.592
Nukiní	AC	600
Poyanáwa	AC	403
Shanenáwa	AC	361
Yamináwa (Jaminawa)	AC, AM	855
Yawanawá	AC	519

4.6 FAMÍLIA TUKÁNO

LÍNGUA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
Arapáso	AM	569
Bará (Waimajã)	AM	21
Barasána	AM	34
Desána	AM	2.204
Yurutí (Jurití)	AM	50
Karapanã	AM	63
Kotiria (Wanáno)	AM	735
Kubéwa	AM	381
Makúna	AM	32
<u>Mirity-tapuya</u>	AM	75
Pira-Tapuya	AM	1.433
Siriáno	AM	71
Tukáno	AM	6.241
Tuyúka	AM	825

4.7 FAMÍLIA ARAWÁ

LÍNGUA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
Banawá-Yarí	AM	101
Dení	AM	875
kanamanti	AM	200
Jamamadi	AM	884
Jarawára	AM	180
Kulína (Madija)	AM, AC	2. 537
Paumarí	AM	892
Suruahá (Zuruahá)	AM	143

4.8 FAMÍLIA KATUKÍNA

LÍNGUA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
Kanamari	AM	1.654
Katukína do Rio Bia (Pedá djapá)	AM	450
Txunhuã-djapá (Tsohom Djapá)	AM	100

4.9 FAMÍLIA MAKU

LÍNGUA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
Dâw	AM	120
Hup (Hupda)	AM	1.900
Nadëb	AM	675
Yuhúp	AM	617

4.10 FAMÍLIA NAMBIKWÁRA

LÍNGUA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
Nambikwára do Norte (Mamaindê)	RO	346
Nambikwára do Sul , mândúka	MT	721
Sabanê	RO	30

4.11 FAMÍLIA TXAPAKURA

LÍNGUA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
Kujubím (Kuyubi) Moré	RO	50
Oro Win	RO	79
Torá	AM	312
Urupá	RO	?
Warí (Pakaanova)	RO	2.721

4.12 FAMÍLIA YANOMÁMI

LÍNGUA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
Ninám (Yanam)	AM, RR	
Sanumá	AM, RR	
Yanomám (Yanomae)	AM, RR	
Yanomámi	AM, RR	15.682 ³⁶

4.13 FAMÍLIAS MENORES

FAMÍLIA/LÍNGUA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
Jabuti		
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Djeoromitxí</u> • <u>Arikapu</u> 	RO	165
	RO	29
Bora / Mirã nha	AM	836
Chiquito/ Chiquitano	MT	737
Guaicuru / Kadiwéu	MS	1.629
Mura/ Mura	AM	9.299
Mura/ Pirahã	AM	389

4.14 LÍNGUAS ISOLADAS

FAMÍLIA/LÍNGUA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
Aikaná/Massaca,Tubarão, Columbiara,	RO	180
Irántxe/ Manoki	MT	356
Kanoê/ Kapixanã	RO	95
Kwazá/ Koaiá	RO	40
Máku/ Yuhupde, Dow, Nadob, Hupda. Bara, Kakwa, Kabori, Nukak	AM	2.603
Trumái	MT	147
Tikúna/ Tukuna, Maguta	AM	35.000

4.15 LÍNGUAS CRIOULAS

FAMÍLIA/LÍNGUA	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO
Galibí Marwóno , Galibi do Uaçá, Aruá	AP	2.177
Karipúna do Norte/Karipuna do Amapá	AP	12.235

